



D I Á R I O

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE MARÇO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

José Ernesto Figueira dos Reis

S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de lei n.º 105/VI.

Em debate sobre a Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior (PGA), usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados António José Seguro (PS), Carlos Coelho (PSD), Jaime Gama (PS), Isabel Castro (Os Verdes), António Filipe (PCP), Marília Raimundo, José Meireles e Pedro Passos Coelho (PSD), Fernando de Sousa (PS), Ana Maria Bettencourt e Julieta Sampaio (PS), Mário Tomé (Indep.), André Martins (Os Verdes), Adriano Moreira (CDS) e Manuel Sérgio (PSN).

Produziram intervenções finais, encerrando o debate, os Srs. Deputados Manuel Sérgio, Isabel Castro, Narana Coissoró, António Filipe, António José Seguro e Pedro Passos Coelho.

Ordem do dia. — Foram aprovados os n.os 27 e 28 do Diário.

Foi apreciada a proposta de resolução n.º 2/VI — Aprova, para ratificação, o Acordo Internacional da Juta e produtos da Juta. Intervieram, além do Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (Correia de Jesus), os Srs. Deputados Lino de Carvalho (PCP), José Penedos (PS), Isilda Martins (PSD) e Narana Coissoró (CDS).

Procedeu-se ainda à discussão, na generalidade, do projecto de deliberação n.º 7/VI (PS) — Visitas de grupos de jovens à Assembleia da República, intervindo, a diverso título, os Srs. Deputados José Apolinário (PS), Jorge Paulo da Cunha (PSD), José Manuel Maia (PCP), Manuel Sérgio (PSN), Narana Coissoró (CDS) e Eduardo Pereira Silva (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Sousa e Silva.	João José da Silva Maçãs.
Adérito Soares Campos.	João José Pedreira de Matos.
Alberto Cerqueira Oliveira.	João Salgado.
Alberto Monteiro de Araújo.	Joaquim Cardoso Martins.
Álvaro Bissaia Barreto.	Joaquim Eduardo Gomes.
Álvaro José Martins Viegas.	Joaquim Manuel Barros Sousa.
Ana Paula Matos Barros.	Joaquim Vilela Araújo.
António Barbosa de Melo.	Jorge Paulo Roque da Cunha.
António Barradas Leitão.	José Álvaro Pacheco Pereira.
António Correia Vairinhos.	José Ângelo Correia.
António da Silva Bacelar.	José António Peixoto Lima.
António de Carvalho Martins.	José Augusto Silva Marques.
António do Carmo Malveiro.	José Bernardo Falcão Cunha.
António Esteves Morgado.	José Borregana Meireles.
António Fernandes Alves.	José de Almeida Cesário.
António Germano Sá e Abreu.	José Freitas Costa Leite.
António José da Motta Veiga.	José Júlio Carvalho Ribeiro.
António Maria Pereira.	José Leite Machado.
António Santos Pires Afonso.	José Macário Correia.
Aristides Alves Teixeira.	José Manuel da Silva Costa.
Arlindo da Silva Moreira.	José Mário Gaspar.
Armando Guerreiro da Cunha.	José Mário Lemos Damião.
Arménio dos Santos.	José Pereira Lopes.
Belarmino Henriques Correia.	José Reis Leite.
Bernardino Gata da Silva.	Leonardo Ribeiro de Almeida.
Carlos Almeida Figueiredo.	Luís António Martins.
Carlos de Almeida Coelho.	Luís Carlos David Nobre.
Carlos Duarte Oliveira.	Luís Carrilho da Cunha.
Carlos Lopes Pereira.	Luís Filipe Pais de Sousa.
Carlos Lélis.	Luís Manuel Costa-Geraldes.
Carlos Manuel Gonçalves.	Manuel Acácio Martins Roque.
Carlos Miguel de Oliveira.	Manuel Antero Cunha Pinto.
Carlos Oliveira da Silva.	Manuel Azevedo.
Cecília Pita Catarino.	Manuel Batista Cardoso.
Delmar Ramiro Palas.	Manuel Casimiro de Almeida.
Dinah Serrão Alhandra.	Manuel Castro de Almeida.
Domingos Duarte Lima.	Manuel Lima Amorim.
Duarte Rogério Pacheco.	Manuel Maria Moreira.
Eduardo Pereira da Silva.	Manuel Simões Marques.
Elói Franklin Ribeiro.	Maria da Conceição Pereira.
Fernando Cardoso Ferreira.	Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Fernando Correia Afonso.	Maria Helena Ramos Mourão.
Fernando Gomes Pereira.	Maria Leonor Beleza.
Fernando Marques de Andrade.	Maria Luísa Ferreira.
Fernando Monteiro do Amaral.	Maria Manuela Aguiar.
Filipe Manuel Silva Abreu.	Maria Margarida de Sousa.
Francisco Antunes da Silva.	Marília Dulce Pires Morgado.
Francisco Bernardino Silva.	Mário Belo Maciel.
Guido Orlando Rodrigues.	Mário de Oliveira Santos.
Guilherme Rodrigues Silva.	Melchior Pereira Moreira.
Hilário Azevedo Marques.	Miguel Bento Macedo e Silva.
Isilda Maria Pires Martins.	Miguel Fernando Relvas.
Jaime Gomes Milhomens.	Nuno Delerue Alvim de Matos.
João Alberto Granja Silva.	Olinto da Cruz Ravara.
João Álvaro Poças Santos.	Pedro e Holstein Campilho.
João de Oliveira Martins.	Pedro Manuel Cruz Roseta.
João do Lago Mota.	Pedro Manuel Passos Coelho.
João Granja da Fonseca.	Rui Alberto Limpo Salvada.
	Rui Carlos Alvarez Carp.
	Rui Fernando da Silva Rio.
	Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
	Simão José Ricon Peres.
	Vasco Francisco Miguel.
	Virgílio de Carneiro.
	Vítor Manuel Igreja Raposo.
	Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
 Alberto Bernandes Costa.
 Alberto de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 Alberto Manucel Avelino.
 Américo Albino Salteiro.
 Ana Maria Bettencourt.
 António Alves Martinho.
 António Crisóstomo Teixeira.
 António da Silva Braga.
 António de Almeida Santos.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Marques Júnior.
 António Oliveira Guterres.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 António Ribeiro Campos.
 António Ribeiro da Silva.
 Armando Martins Vara.
 Artur Pereira dos Penedos.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manucel Luís.
 Edite Marreiros Estrela.
 Eduardo Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Percira.
 Eurico José de Figueirido.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Fernando Pereira Marques.
 Guilherme de Oliveira Martins.
 Gustavo Rodrigues Pimenta.
 Helena Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Ferraz de Abreu.
 João Maria Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Apolinário Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Eduardo Cruz Jardim.
 José Eduardo Reis.
 José Ernesto dos Reis.
 José Gameiro dos Santos.
 José Manuel Lello Almeida.
 José Manuel Magalhães.
 José Rebolo dos Reis Lamego.
 José Rodrigues dos Penedos.
 José Sócrates de Sousa.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Laurentino José Castro Dias.
 Leonor Coutinho Santos.
 Luís Capoulas Santos.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Sampaio.
 Maria Santa Clara Gomes.
 Raúl Pimenta Rêgo.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Pedro Machado Ávila.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Gaião Rodrigues.
 Apolónia Maria Teixeira.

Carlos Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João Gonçalves do Amaral.
 José Manuel Maia.
 Lino Marques de Carvalho.
 Luís Carlos Peixoto.
 Luís Manuel Viana de Sá
 Maria de Lourdes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Rodrigues
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Casimiro da Silva Tavares.
 Narana Sinai Coissôrô.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vicira Cunha.

Deputados independentes:

Mário Batista Tomé.
 Raul de Moraes e Castro.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de um diploma que deu entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitido, o projecto de lei n.º 105/VI — Estende a efectividade do apoio judiciário aos cidadãos que dele careçam (PS), que baixou à 3.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos iniciar o debate sobre a prova geral de acesso ao ensino superior (PGA).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os socialistas tinham razão! Tinham razão quando há três anos disseram que o actual sistema de acesso ao ensino superior não prestava e não servia os interesses dos estudantes e do País.

A Sr.ª Julieta Sampaio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Se não bastassem os inúmeros relatórios e opiniões analisadas que foram dadas na altura, a prova desse facto está aí hoje, está aí há semanas, com as manifestações constantes dos jovens estudantes do ensino secundário, que, movidos apenas por um objectivo concreto — a solução das suas aspirações —, lutam legitimamente pelo fim da PGA.

Tal como há três anos, o PSD e o Governo, particularmente o Sr. Primeiro-Ministro, continuam surdos, mudos e insensíveis!

Se nos tivessem dado ouvidos há três anos, nada daquilo que neste momento está a acontecer teria surgido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Tal como noutras matérias que têm a ver com os interesses concretos dos Portugueses, os senhores respondem dizendo que os Portugueses deram-vos o voto, deram-vos a maioria e que, por isso, acham-se com legitimidade para tudo poder solucionar. Não é verdade, Srs. Deputados! Só tem legitimidade para governar quem, no exercício da governação, responde às promessas e às expectativas geradas no eleitorado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E em nenhum manifesto, em nenhum Programa do Governo, em nenhuma intervenção do Primeiro-Ministro feita durante a campanha eleitoral se ouviu falar uma única vez sobre a prova geral de acesso ou sobre a sua manutenção.

Por isso, quando o Sr. Primeiro-Ministro aqui disse, da tribuna, aquando da apresentação do Programa do Governo, que a PGA se deveria manter, mentiu e, hoje, o Governo não tem legitimidade absolutamente nenhuma para continuar a manter a PGA e o sistema de acesso ao ensino superior. E não tem por duas razões: em primeiro lugar, porque os senhores não a prometeram e, em segundo lugar, porque o País e os jovens portugueses não a querem.

Os senhores continuam a ser surdos!

De nada vale a pena confundir este debate! O que está em causa não são os conteúdos das chamadas da prova geral de acesso nem a realização de uma terceira, de uma quarta, de uma quinta ou de uma sexta chamada nem mesmo a composição do júri da realização ou da elaboração das chamadas da prova geral de acesso. O que, para nós, está em causa é uma questão de princípio muito mais profunda: é a de saber se num país como Portugal tem razão e tem sentido manter uma prova geral que não avalia os conhecimentos que são ministrados no ensino secundário mas, sim, os que supostamente são avaliados fora da escola.

Aplausos do PS.

E, Srs. Deputados, em relação a esta questão, o PSD e o Governo fazem provas e juz daquilo que é o seu entendimento sobre o País!

Nós, socialistas, entendemos que, infelizmente, a oito anos do virar de um novo século, ainda em Portugal o local onde se nasce condiciona culturalmente os jovens portugueses.

Aplausos do PS.

Nesse sentido, parecia-nos importante um sistema de acesso ao ensino superior mais justo, que viesse corrigir assimetrias e, sobretudo, desigualdades sociais e económicas. Os senhores são insensíveis àquilo que se passa hoje na sociedade portuguesa e, sobretudo, à origem dos jovens portugueses.

Quando os milhares de jovens se posicionam frente às universidades para aelas ter acesso, não têm uma igualdade de oportunidades e os senhores, em vez de olharem para os jovens como cidadãos, olham para elas como 120 000 ou 130 000 números, como 120 000 ou 130 000

gêneros de pessoas que estão ali e que querem resolver os seus problemas.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Isso é demagogia!

O Orador: — Para nós, Srs. Deputados, a questão do acesso ao ensino superior é uma questão humana; para nós, a questão da educação é uma questão social e não apenas uma figura que se resume a resolver um problema de procura e de oferta.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O que está em jogo neste debate é saber quem está de acordo com as aspirações dos jovens portugueses, quem está a favor ou contra a PGA. E, Srs. Deputados, quer os senhores queiram quer não, isso há-de pesar-vos na vossa consciência a vida inteira!

Neste momento a PGA é igual a PSD, é igual ao vosso Governo, é igual ao vosso Primeiro-Ministro e isso há-de acompanhar-vos o resto da vida. Mesmo que a extingam — como parece que vai acontecer no próximo ano —, terão esse peso na consciência, porque durante três anos fizeram com que os jovens portugueses, os pais desses jovens e os professores tivessem sempre esse engulho na garganta e fossem obrigados a fazer uma prova que, na nossa opinião, não tem razão absolutamente nenhuma de existir!

Os Srs. Deputados podem responder que o País está no bom caminho, que obtiveram a legitimidade dos Portugueses através das eleições, que Portugal é um país de sucesso e que está no pelotão da frente dos países da Comunidade Económica Europeia. Mas a verdade, Srs. Deputados, é que neste momento há milhares de jovens portugueses e, sobretudo, há milhares de famílias que precisam de uma resposta. É incrível, Srs. Deputados, como o Governo da República continua a confundir os Portugueses!

Nas manifestações que ocorreram por todo o País falei com imensos jovens e posso dizer-vos que o que eles querem saber não é só o que vai suceder nos próximos anos, mas, sobretudo, o que é que acontecerá este ano. O que é que este Governo quer fazer? Vai acabar ou não com a PGA? Vai ou não fazer a terceira chamada? Vai encontrar uma fórmula e, sobretudo, seguir a sugestão do Partido Socialista no sentido de valorizar as notas terminais dos anos do ensino secundário e realizar provas específicas (mais do que uma) para esses estudantes?

Srs. Deputados, nós pensamos que, para além da questão da PGA, há hoje uma grande confusão na sociedade portuguesa sobre aquilo que o Governo vai fazer nesta matéria. Não é justo e, sobretudo, não é sério que o Governo continue por mais tempo a fazer um jogo meramente partidário, em que tenta aliciar, com a cumplicidade da JSD, os dirigentes associativos para que estes apareçam perante as câmaras da televisão e o País a dizer que estes problemas estão resolvidos, que se encontrou uma solução e que o Governo dialoga muito.

Srs. Deputados, ao terminar esta minha intervenção, gostaria de deixar aqui dois apelos.

Faço o primeiro em nome do País e, sobretudo, dando voz aos milhares de estudantes que se têm manifestado durante as últimas semanas, que é este: acabem com a prova geral de acesso e disponibilizem-se, Srs. Deputados, para discutir, entre outros, o projecto de lei do Partido Socialista — e nós estamos disponíveis para fazê-lo já a

partir de amanhã — sobre a nova lei de acesso ao ensino superior.

O segundo apelo que vos faço é um favor pessoal. A julgar pelas cadeiras vazias, o cidadão Diamantino Durão não sabe que neste momento está a ter lugar na Assembleia da República um debate sobre a prova geral de acesso. Os Srs. Deputados que têm, com certeza, o número de telefone directo do Sr. Ministro da Educação para poder falar com ele, comuniquem-lhe, por favor, que neste momento está a discutir-se na Câmara, perante os representantes do povo português e os jovens que estão a assistir nas galerias, um problema de interesse para o País.

Aplausos do PS e do Deputado independente Mário Tomé.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António José Seguro, talvez valha a pena começar pelo fim.

O Sr. Deputado quis terminar com chave de ouro e questionar a ausência do Governo neste debate mas, em relação a esse facto, julgo que o Partido Socialista nos deve uma resposta. Nós, no PSD, também ficámos muito surpreendidos quando o Partido Socialista solicitou que este problema da PGA fosse discutido no período de antes da ordem do dia destinado à realização de debates de urgência.

O Partido Socialista tinha outros processos, outras figuras regimentais que podia utilizar. Podia considerar que esta era uma questão relevantíssima e de interesse nacional e desencadear uma interpelação ao Governo sobre o problema da PGA. Podia entender que este problema obrigava a um esclarecimento do Governo e ter privilegiado o instituto das perguntas ao Governo, convidando o Ministro da Educação a vir aqui responder a uma pergunta do Sr. Deputado António José Seguro, da Sr.^a Deputada Ana Maria Bettencourt, da Sr.^a Deputada Julicita Sampaio ou de qualquer outro Sr. Deputado do PS.

Podia entender-se que queria pôr em cima da Mesa o seu projecto de lei...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O pior é que ele nunca vem!

O Orador: — Ó Sr. Deputado Narana Coissoró, tenha calma que já lá chegaremos!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Ele é que nunca chega!

O Orador: — O Sr. Deputado Narana Coissoró está muito agitado, logo de manhã! Hoje começamos cedo!

O Sr. Deputado António José Seguro, se considerasse que esta matéria justificava um debate mais aprofundado, fazendo a apresentação das célebres alternativas socialistas...

Vozes do PSD: — Essas é que são boas!

O Orador: — ... podia ter posto em cima da Mesa um agendamento potestativo, reservando todo o período da ordem do dia para o debate desta matéria.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o PS não fez nada disto! Não desencadeou a interpelação, nem as perguntas ao Governo, nem pediu o agendamento desta matéria no período da ordem do dia.

O PS esteve presente na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares e solicitou que a PGA fosse discutida na única figura regimental que não permite a participação do Governo neste debate.

Portanto, Sr. Deputado António José Seguro, não questiono o direito de o Partido Socialista ter escolhido esta figura, não discuto a intenção de o PS pretender um debate circunscrito aos Deputados e às bancadas parlamentares, mas, isso sim, o direito político de, depois de o Sr. Deputado António José Seguro e o Partido Socialista terem querido agendar um debate sem a participação do Governo, fazerem um cavalo de batalha da ausência do Sr. Ministro da Educação e dos Srs. Secretários de Estado neste debate. Isso não é sério e merece, naturalmente, o nosso mais veemente protesto.

(O Orador reviu.)

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Coelho, percebo o embaraço do pedido de esclarecimento que acaba de formular e também comprehendo que o senhor, à frente da bancada do PSD, esteja aqui, neste momento, para defender uma posição difícil que vai contra os jovens portugueses.

Os senhores sempre foram, e não conseguiram dizer o contrário neste debate, a favor da PGA. E mais: fico muito triste que o Sr. Deputado Carlos Coelho, em vez de me ter questionado sobre o conteúdo da matéria que aqui está em causa — a PGA —, apenas tenha feito uma pergunta sobre o funcionamento e agendamento destas matérias na Assembleia da República. Essa é a visão burocrática que o PSD tem do País e do funcionamento da Assembleia da República!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas o Sr. Deputado sabe que houve precedentes, pois houve momentos, na anterior legislatura, em que o Governo discutiu, na Assembleia da República, estas matérias no período de antes da ordem do dia.

Mais: para participar nestes debates não é preciso falar. Bastava estar sentado na bancada do Governo, a mostrar que havia interesse por estas questões!

Protestos do PSD.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Isso era o que vocês queriam!

O Orador: — E mais ainda, Sr. Deputado Carlos Coelho e Srs. Deputados do PSD: já várias vezes fizemos a pergunta ao Ministro e ele não respondeu. Aliás, tenho dúvidas se este Ministro percebe as perguntas que lhe fazemos!...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para esse efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Deputado António José Seguro assacou-me um conjunto de acusações relacionadas com um suposto embaraço, com alguma desonestidade intelectual ao privilegiar argumentos de ordem funcional e burocrática, em detrimento das questões de fundo e, depois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Sr. Deputado António José Seguro revelou a estratégia do Partido Socialista, que, para nós, era clara desde o início, quando apontou para a bancada do Executivo e disse que o Governo não precisava de falar. O que o Sr. Deputado António José Seguro queria não era, de facto, dialogar com o Governo nem debater com o Ministro da Educação estas questões. O que o Sr. Deputado António José Seguro queria era que o Ministro da Educação estivesse aqui a ouvi-lo!

Aplausos do PSD.

Estamos numa Câmara política e não é uma atitude séria o Sr. Deputado António José Seguro dizer que esta é uma visão burocrática da vida nacional.

O PS quis fazer um facto político e pediu um agendamento sem a participação do Governo. Sabia que isso era assim desde o momento em que fez esse agendamento e agora vem à Assembleia da República querer fazer o facto político de dizer que o Governo não está presente no debate.

Esta é a questão política central, e todas as outras considerações que o Sr. Deputado António José Seguro aqui vem fazer apenas compõem o ramalhete.

Foi isso que não deixei de denunciar e a que o Sr. Deputado António José Seguro, na minha opinião, não respondeu.

(O Orador reviu.)

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Coelho, vamos ver se nos entendemos...

Protestos do PSD.

Os senhores, no Conselho Nacional do PSD, também se portam assim?

Risos do PS.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Melhor do que no Congresso Nacional do PS!

O Orador: — Eu sei que não sou, nem tenho pretensões, felizmente, de ser o vosso líder!

Primeira questão, Srs. Deputados,...

Protestos do PSD.

Vamos com calma. Acalmem-se... Têm de aprender muito! Acalmem-se!...

Primeira questão: eu disse que o Sr. Ministro da Educação, o Governo, poderia e deveria ter falado neste debate e que já tinha havido precedentes. Já falámos sobre isso. Assunto arrumado!

Segunda questão: quando eu digo que o Sr. Ministro deveria estar aqui sentado a ouvir o debate é porque me parece, sinceramente, que quando ele fala só gasta tempo e que é incapaz de dizer rigorosamente alguma coisa. Aliás, se os Srs. Deputados lerem a entrevista por ele dada ao *Expresso*, verificam que apenas o título tem sentido, porque ao longo dela não diz rigorosamente nada.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Isso é muito pouco sério!

O Orador: — Terceira questão: gostava de saber, sinceramente — e é um desafio que vos faço, porque isto é que está em causa, é isto que os jovens portugueses precisam de ouvir — se os senhores estão ou não de acordo em que a PGA acabe e, sobretudo, se estão ou não disponíveis para forçar o Governo de forma a que, na próxima semana, clarifique qual é a fórmula para resolver este ano os problemas que os senhores criaram.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para esse efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, foi aqui invocado pelo Sr. Deputado Carlos Coelho um ponto preciso em relação à organização deste debate. Foi dito que o Partido Socialista tinha utilizado a modalidade do debate de urgência com a finalidade exclusiva de impedir a participação do Governo na discussão.

Vozes do PSD: — Não foi isso que foi dito!

O Orador: — Isso é inteira e redondamente falso! V. Ex.º, Sr. Presidente, que preside à reunião da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, sobre este ponto específico da ordem de trabalhos, melhor do que ninguém poderá testemunhar que, na reunião da semana passada, quando o PS propôs o agendamento desta matéria, deixou claro na sua proposta que o Governo devia ter o direito de intervir neste debate.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Foi, aliás, notada uma resistência do Governo a essa participação e uma abertura da bancada do PSD a essa presença e o assunto foi deixado em aberto. O Governo comunicaria a sua decisão.

Foi precisamente na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares realizada ontem que, respondendo a uma pergunta que eu formulei sobre esse ponto para obter a informação autêntica sobre a presença do Governo no debate, o Executivo respondeu que não estaria presente. Manifestei ainda a disponibilidade do PS para que, na reunião de ontem, se encontrasse uma modalidade de definição para uma eventual presença do Governo na discussão.

Nós não fazemos ponto central na nossa argumentação de que o Governo esteja ou não presente nos debates, uma vez que o Governo é que decide se está ou não presente nas discussões.

Aplausos do PS.

O Orador: — O que nós não fazemos, obviamente, é impedir que o Governo, como agente parlamentar, esteja presente nos debates quando eles têm lugar e, sobre este debate específico, por várias vezes, sugerimos como desejável a sua participação.

Tire daqui, Sr. Presidente, cada um, as conclusões que entender!

Aplausos do PS.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, também peço a palavra para interpellar a Mesa, nos mesmos termos em que o Sr. Deputado Jaime Gama o fez.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, a questão que quero colocar é feita nos mesmos termos da do Sr. Deputado Jaime Gama.

Queria que V. Ex.^a esclarecesse se foi ou não entendimento da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares realizada ontem que, na organização do debate que hoje tem lugar, e considerando que a proposta do PSD de revisão do Regimento não está implementada, como fase transitória, pudesse ser a própria Conferência a acordar os termos em que este debate se faria. Penso que assim foi e que, por decisão da maioria e de acordo com a solicitação do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares presente, o Governo não se fez representar. Esta é a primeira questão que gostaria que a Mesa respondesse.

Em segundo lugar, queria que a Mesa confirmasse se é ou não verdade que, numa sessão de perguntas ao Governo solicitada pelo Grupo Parlamentar do CDS, o Sr. Ministro da Educação esteve ausente, tendo estado presente apenas na comissão respectiva.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — A Mesa reserva naturalmente o direito de responder depois de todas as interpelações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, pela nossa parte presumo que encerramos esta questão dizendo duas coisas: em primeiro lugar, quero contrariar a interpretação que o Sr. Deputado Jaime Gama deu às minhas palavras. É que nós não dissemos que o PS tinha escolhido esta figura, exclusiva ou principalmente, para não permitir a intervenção do Governo. Aliás, disse exactamente o contrário: que não discutia o direito de o Partido Socialista ter optado por esta figura em detrimento de outras.

O Sr. Rui Ávila (PS): — Ah! Ah!

O Orador: — O que eu disse seguidamente é que, então, não assiste direito ao PS para, tendo optado por uma figura que não permite a participação do Governo, vir questionar politicamente a ausência do Governo neste debate.

O Sr. António José Seguro (PS): — Permite sim, Sr. Deputado!

O Orador: — A seguir queria confirmar aquilo que o Sr. Deputado Jaime Gama disse sobre a postura do PS na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares em relação à possibilidade excepcional da participação do Governo neste debate. Ou seja, o Sr. Deputado Jaime Gama na Conferência predispondo-se a dar consenso, em nome do PS, para que excepcionalmente fosse cometido ao Governo, para lá do que dispõe o Regimento, tempo de intervenção neste debate. Isto é verdade e confirmamos essa informação dada pelo Sr. Deputado Jaime Gama.

Porém, o problema, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é esse: é que para nós o Governo não deve intervir nesta Assembleia por favor, seja por favor da Câmara, seja por favor do PS:

Aplausos do PSD.

De acordo com a Constituição e o Regimento, o Governo tem os seus momentos para falar e há momentos em que o Regimento não permite a participação do Governo. Até que se defina no Regimento da Assembleia da República que nestes debates haverá lugar à participação do Governo, a nossa opinião é a de que, naturalmente, não deve ser por favor excepcional do PS que o Governo use da palavra nestes debates.

(O Orador reviu.)

Aplausos do PSD.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, como certamente V. Ex.^a vai dar resposta a este conjunto de interpelações, gostaria que também incluisse na sua resposta um esclarecimento sobre as circunstâncias que nortearam a decisão da Mesa desta Assembleia quando, em variadíssimas situações anteriores, o Governo usou da palavra no período de antes da ordem do dia. Em circunstâncias absolutamente idênticas à de hoje, o Governo não poderia ter usado da palavra, porque debates desta natureza nunca existiram, pois é a primeira vez que se realiza.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Está a dar-nos razão!

O Orador: — Por isso mesmo, realizando-se pela primeira vez um debate desta natureza, havia toda a vantagem em que o Governo, como agente parlamentar de pleno direito, e tratando-se de uma matéria desta relevância, estivesse presente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como a Mesa foi interpelada, tem o dever de responder. Porém, a Mesa não vai, naturalmente, debruçar-se sobre as diferenças mas sobre aquilo que é comum e dar testemunho daquilo que foi presenciando e vendo.

Efectivamente, esta matéria foi trazida a Plenário em razão da urgência, aliás foi sempre esta a fórmula usada. E a verdade é que o n.º 2 do artigo 82.º do Regimento não permite ao Governo senão um tempo máximo de seis minutos para intervir [...] com fundamento em razões de urgência [...].»

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Colocado este problema na primeira Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares em que se discutiu esta matéria, solicitei a um dos Srs. Deputados presentes que me arranjasse uma fórmula eventual para ordenar o assunto, de forma que o Governo, num arranjo processual *ad hoc* (mas num arranjo processual), pudesse participar. Não sei por que razões não se chegou ao apuro desta fórmula. Penso que não devemos estar a problematizar a questão e, como muitas pessoas estão interessadas neste tema, parece-me que o melhor será discutirmos o fundo da questão.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Sr. João Amaral (PCP): — Está muita gente interessada, mas não o Governo!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Passarei ao fundo da questão, mas não posso deixar de referir que a ausência do Governo neste debate não pode deixar de merecer uma séria repreação. Não é admissível que, quando a Assembleia da República delibera realizar um debate de urgência sobre uma matéria tão importante e actual como a PGA, na qual o Governo tem evidentes responsabilidades, não esteja presente nenhum membro do Governo responsável pela área da Educação.

Importa sublinhar que qualquer subterfúgio regimental para justificar a ausência do Governo é meramente artificial. O Governo não está cá porque não quer estar. Aliás, é curioso que na passada semana, num debate sobre outra matéria, o Governo, sem que estivesse em apreciação qualquer iniciativa sua, veio aqui defender um projecto de lei do PSD. Agora, que se trata de debater as consequências directas da aplicação de um diploma do Governo e de debater soluções para ultrapassar a situação difícil e negativa que se criou, os responsáveis pelo Ministério da Educação brindam-nos com a ausência, quando têm a obrigação política e moral de participar neste debate.

Esta ausência tem explicações evidentes: o Governo tem um debate sobre a PGA, onde seja forçado a exprimir publicamente com clareza as suas posições. Tem este debate, porque se sabe incapaz de sustentar um debate sério e argumentado sobre a PGA e sobre o acesso ao ensino superior em geral.

Vozes do PCP e do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo sabe que não tem, no presente, uma postura séria e vertical sobre a PGA. Faz ao

impacte e dimensão do protesto dos estudantes do ensino secundário, o Ministro da Educação sempre que se pronuncia contradiz-se, baralha argumentos, engasga-se, falta à verdade e procura transmitir aos estudantes e ao País a confusão que pelos vistos lhe vai na cabeça, para confundir os jovens que contestam a PGA, prometendo vagamente mudar alguma coisa para que tudo possa ficar na mesma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: no dia 10 de Janeiro, o Ministro Diamantino Durão compareceu na Comissão Parlamentar de Educação, onde foi questionado, entre outras matérias, sobre a PGA. A reunião não foi aberta à comunicação social mas os trabalhos foram registados. Tenho comigo a acta e não resisto a citar as palavras pronunciadas pelo Ministro, há menos de dois meses: «Relativamente ao acesso ao ensino superior, julgo que a prova geral de acesso tem sido todos os anos melhorada e que a contestação à sua realização neste momento não é grande.»

Risos do PS.

«Os alunos podem repetir essa prova e a arbitrariedade da classificação — que poderá ter sido até um facto no primeiro ano da sua realização — neste momento não existe, pois a maior parte dessa prova é fechada.»

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Foi antes desta PGA. Diga isso, Sr. Deputado!

O Orador: — E diz mais adiante: «Assim, julgo que a prova geral de acesso, neste momento, não é problema de maior, parecendo-me também que, enquanto não houver a disciplina de Português no décimo-secondo ano, esta prova terá de ser mantida.»

É espantoso, Srs. Deputados, como a realidade se encarregou em tão pouco tempo de desmentir tão categoricamente o Ministro e de o obrigar a dar praticamente o dito por não dito!

A recente entrevista do Ministro da Educação a um semanário — digna de figurar em qualquer chamada da PGA — é bem reveladora da desorientação que reina no Governo face à profunda condenação social da PGA.

Agora, o Ministro afirma que «o nome PGA não lhe diz nada». A pergunta: «concorda com a PGA?», responde: «Está previsto na lei que a entrada no ensino superior se verifique também com base na PGA.» Diz que a PGA foi positiva, mas que deve vir a ser alterada. Diz que vai promover mudanças, mas que não gosta de avançar opiniões. Diz que defende uma forma diferente de acesso ao ensino superior, mas não deixa de defender a actual. Diz — como diria La Palice — que, até que haja outro sistema de acesso, tem de vigorar o presente. Sobre se dá razão aos estudantes, responde lapidarmente que lhes dá razão quando têm razão, não dá quando não têm razão.

É com estas e outras respostas que o Ministro se furta ao debate sério e responsável. Não tendo condições para defender abertamente a PGA, o Ministro procura dilatar o tempo de resposta às reclamações dos estudantes e não se comprometer, na tentativa de criar condições para manter todo o absurdo da PGA, eventualmente com outro nome.

O facto é que, confrontado com os escrúpulos da grandiosa contestação à PGA, o Governo passou da sua defesa exaltada de outros tempos à condenação do júri e daí ao reconhecimento de alguns defeitos da prova, que até aqui só tinha virtudes, e à defesa já não da PGA mas de uma PG de qualquer coisa tão parecida que nem o Ministro sabe explicar a diferença.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Governo não tem outra saída digna, perante os estudantes e o País, que não seja a de anular a PGA.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É essa a vontade da esmagadora maioria dos estudantes! É esse o consenso que está criado no País e o Governo ainda não explicou, porque não sabe, que prejuízos decorriam dessa decisão.

Do nosso ponto de vista, que ainda não foi seriamente rebatido, anular a PGA não prejudica ninguém — bem pelo contrário! — e não inviabiliza as candidaturas ao ensino superior para o próximo ano.

Porém, a grande questão não se coloca apenas quanto ao destino a dar à PGA 92, mas quanto à existência de uma prova com idêntica natureza e semelhantes características.

A PGA é uma prova injusta, aleatória, pedagógica e científicamente absurda, destinada a funcionar como obstáculo complementar do *numerus clausus*, estranha à Lei de Bases do Sistema Educativo. Neste sentido, o PCP e a JCP defendem a sua abolição — aliás, sempre o defendem — dentro e fora da Assembleia da República.

Apresentámos um projecto de lei contendo um sistema de acesso ao ensino superior alternativo ao actual. Esperamos que o Governo não fuja à sua discussão.

Pensamos que no momento presente, em que é urgente iniciar um amplo debate nacional, com vista à substituição de um regime de acesso ao ensino superior reconhecidamente falido, se impõe que a Assembleia da República assuma as suas próprias responsabilidades e contribua para a sua dinamização, incentivando a participação dos estudantes e dos cidadãos em geral na discussão das medidas de carácter legislativo que se impõem para adoptar um sistema de acesso ao ensino superior mais justo e razoável.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e do Deputado independente Mário Tomé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Marília Raimundo e José Meireles.

Tem a palavra a Sr.^ª Deputada Marília Raimundo.

A Sr.^ª Marília Raimundo (PSD): — Sr. Deputado António Filipe, gostava de saber como é que as afirmações que acaba de fazer nesta Câmara se podem conjugar com o projecto de lei que o PCP apresentou sobre a extinção da prova geral de acesso e a criação de um novo regime de acesso ao ensino superior, nomeadamente nas seguintes questões.

Em primeiro lugar, na alínea *a*) do n.^º 1 do artigo 2.^º, onde se diz que incumbe ao Estado «assegurar a eliminação das restrições quantitativas de carácter global (sistema de *numerus clausus*) no acesso ao ensino superior público». Gostava, pois, que o Sr. Deputado explicasse a esta Câmara como é que isso se pode resolver.

Em segundo lugar, gostava também de saber por que é que o PCP mantém no n.^º 1 do artigo 5.^º do seu projecto de lei as provas de capacidade. Além disso, refere-se no n.^º 3 deste artigo que «a inscrição em qualquer curso em estabelecimento de ensino superior, público ou privado depende da realização das provas de capacidade que lhe dêem acesso». Ora isto quer dizer que, no fundo, se faz

demagogia, visto que as provas vão continuar, de uma mancira ou de outra, e são eliminatórias.

Gostava ainda que me esclarecesse o artigo 6.^º do vosso projecto de lei, nomeadamente quanto ao processo de elaboração e classificação das provas de capacidade, porque isso é muito interessante e deve ser explicado a esta Câmara.

Finalmente, gostava que me elucidasse melhor sobre o n.^º 5 do artigo 6.^º, onde se refere que «as provas de capacidade só poderão versar matérias constantes dos programas das disciplinas curriculares [...]», e também quanto ao artigo 8.^º o que é que o PCP se propõe fazer relativamente às notas de candidatura.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Filipe, como há mais um orador inscrito para lhe pedir esclarecimentos, pergunto se pretende responder já ou no final.

O Sr. António Filipe (PCP): — No final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado José Meireles.

O Sr. José Meireles (PSD): — Sr. Deputado António Filipe, ouvi com atenção a sua intervenção e dela retiro, acima de tudo, a preocupação imediatista do PCP de abolição da prova geral de acesso ao ensino superior.

Ora, isto não deixa de ser curioso, atendendo ao facto de no projecto de lei apresentado pelo PCP, nomeadamente no n.^º 2 do seu artigo 7.^º, se referir que «a entrada em vigor e as eventuais alterações aos pré-requisitos fixados só podem verificar-se passados quatro anos sobre a data da sua publicação».

De facto, é engraçado que V. Ex.^ª subscreva um projecto de lei cujo artigo 7.^º tem explícito que a possibilidade de alteração dos requisitos deve 'verificar-se' passados quatro anos da publicação do diploma e, neste momento, haja uma tentativa clara de alterar as regras de jogo no acesso ao ensino superior.

Em todo o caso, não estou a discutir o esquema de acesso ao ensino superior nem as minhas palavras representam, de forma alguma, que eu esteja de acordo com a forma como decorreram as chamadas da prova geral de acesso.

Assim, gostaria que o Sr. Deputado me explicasse como é que resolvia o problema neste momento. Será que abolia a prova geral de acesso? E, depois, como é que teria lugar o acesso ao ensino superior este ano? Há ou não, com este raciocínio do PCP, uma clara alteração às regras de jogo no meio do percurso de ingresso no ensino superior?

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Srs. Deputados, em primeiro lugar quero agradecer-lhes o facto de terem referido o projecto de lei apresentado pelo PCP sobre a matéria em causa. De facto, é um projecto importante, foi o primeiro a dar entrada na Assembleia da República e foi o que primeiro apontou uma alternativa credível, responsável e concreta ao actual sistema de acesso ao ensino superior...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... propondo não apenas a abolição da prova geral de acesso mas também a adopção de um regime globalmente alternativo.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, seria aliciante para nós poderemos estar aqui, neste momento, a discutir esse projecto de lei, mas, como sabe, suscitámos o processo de urgência para a sua apreciação e já fomos informados de que o Sr. Presidente enviou o pedido de urgência para a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, que tem, regimentalmente, 48 horas para se pronunciar sobre ele.

Na verdade, estamos convencidos de que o facto de os Srs. Deputados do PSD se terem achado na obrigação de trazermos hoje aqui elementos concretos do projecto de lei do PCP é porque, creio, estão convencidos da urgência de debater esse diploma. Portanto, estamos convencidos de que na respectiva Comissão não deixarão de dar parecer favorável para que o referido projecto de lei seja urgentemente debatido em Plenário.

Aplausos do PCP.

Portanto, aguardamos com especial expectativa essa discussão, onde teremos oportunidade de, com todo o gosto, esclarecer todas as questões que sejam suscitadas pelos Srs. Deputados.

Em todo o caso, creio que é positivo que os senhores tenham lido o projecto de lei, embora me pareça que ele deve ser objecto de uma leitura mais atenta,...

A Sr.^a Marília Raimundo (PSD): — De uma explicação mais atenta!

O Orador: — ... porque, pelo menos, pela forma como os Srs. Deputados se referiram a alguns aspectos, isso revela que ainda não o leram tão bem como seria necessário,...

O Sr. Carlos Lélis (PSD): — Isso compete à Comissão que está a analisar o processo de urgência!

O Orador: — ... na medida em que, por exemplo, as provas de capacidade que propomos são as que vêm na Lei de Bases do Sistema Educativo, que não têm nada a ver com a PGA nem com as actuais provas específicas. Digamos que são as alternativas concretas que propomos para resolver o problema do acesso ao ensino superior, no imediato, embora tenhamos consciência de que o grande problema, que ainda subsiste, é o da eliminação do sistema de *numerus clausus* no ensino superior público.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Estamos conscientes disso, mas pensamos que, apesar disso, é possível encontrar um esquema alternativo que seja menos injusto do que aquele que actualmente vigora.

Na verdade, os Srs. Deputados referiram-se a alguns aspectos constantes do nosso projecto de lei, mas creio que era importante que se tivessem referido a um aspecto, no nosso entender, essencial: é que o nosso projecto de lei aponta uma alternativa clara, abolindo a prova geral de acesso.

O Sr. Virgílio Carneiro (PSD): — E criando outras piores!... É preciso dizer isso aos jovens!

O Orador: — Aliás, creio que esse é, neste momento, um grande desafio que se coloca...

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ... e os Srs. Deputados têm de responder claramente perante a grande reivindicação nacional, não apenas estudantil, para que seja anulada e abolida esta prova geral de acesso, por absurda e injusta. Ora, é precisamente isso que propomos!

Portanto, esperamos que no debate que proximamente venha a ter lugar nesta Casa, tal como aguardamos, sobre o projecto de lei apresentado pelo PCP os Srs. Deputados não deixem de defender essa posição, que nos parece corresponder ao sentimento geral de todo o País.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado...

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, desculpe-me, mas eu, por lapso, não respondi a uma das perguntas que me foram colocadas e gostaria ainda de fazê-lo, se me permitir.

A Sr.^a Marília Raimundo (PSD): — Não respondeu a nada!...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado dispõe ainda de algum tempo, portanto pode continuar no uso da palavra.

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

De facto, foi-nos colocada a questão de saber o que faríamos de imediato com a abolição da PGA. Como certamente saberão, temos sustentado a ideia de que não há qualquer problema, pois a prova geral de acesso não é o único elemento de seriação da nota de candidatura para o ensino superior.

Assim, seria perfeitamente possível, e os Srs. Deputados da maioria e os membros do Governo ainda não demonstraram o contrário, encontrar, dentro do actual sistema — embora consideremos urgente a sua alteração —, uma solução transitória para que, sem PGA, sejam consideradas as outras componentes de aferição, designadamente as notas dos anos terminais do ensino secundário e as notas obtidas nas provas específicas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Isso seria tão irresponsável quanto demagógico!

O Sr. António José Seguro (PS): — Irresponsável é não demitir o Ministro da Educação!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As intervenções feitas até aqui foram palavras, mas pouco esclarecedoras.

Protestos do PS e do PCP.

Aliás, na resposta dada pelo Sr. Deputado António Filipe tivemos a prova cabal da razão por que, afinal, a oposição no seu conjunto quis tão rapidamente agendar esta questão: não foi para dizer nada de novo mas, isso sim, porque gosta de dcitar foguetes antes da festa e não pode ver ninguém na rua que quer logo trazer essa colagem para dentro da Assembleia, mesmo quando os estudantes a recusam!...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Então é preciso começar por dizer que, curiosamente, alguém pertencente a um grupo que encabeçava a contestação que esteve na rua — e que foi recebido na Assembleia da República —, perante a insistência da comunicação social, disse que os estudantes não estavam a questionar o Governo nem a pedir a demissão do Ministro mas, sim, a manifestar-se contra uma atitude do Ministro, pelo que queriam ver o seu problema resolvido. Foi isto que foi dito! Afinal parece que o PCP, em particular, quer trazer uma colagem dessas posições dos estudantes para a Assembleia da República!...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Devemos, então, começar por ver o que é que significa essa manifestação. Ela foi espontânea, foi de revolta e de indignação, e quando se reage com indignação, com espontaneidade, reage-se uma vez, vem-se para a rua uma vez! Assim, todos os estudantes vieram para a rua no momento de dizer que se tinham sentido injustiçados, que tinham realizado duas provas injustas e queriam ver esse mal reparado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Afinal, parece que há partidos que gostariam que eles viessem muitas vezes para a rua, não porque estivessem interessados em resolver o seu problema mas porque procuram alimentar, dessa forma, a oposição sistemática que gostam de fazer nesta Casa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Vamos saber, então, por que é que os estudantes se mostraram indignados e por que é que se revoltaram. Quando os estudantes disseram, na rua, «Não queremos a PGA! Acabe-se com a PGA!», alguém de boa fé pode afirmar mais do que os estudantes se revoltaram com as provas que fizeram? Ninguém de boa fé pode dizer mais do que isso!

Haverá estudantes que não concordam com o sistema de acesso que está em vigor, haverá estudantes que não concordam, sequer, com a PGA, como haverá outros que concordam. Tal discussão, Srs. Deputados, infelizmente, ainda não se concluiu no próprio movimento estudantil. Ficaremos a aguardar a discussão que o movimento estudantil vier a fazer, e desde já dizemos que, de acordo com o que a lei previa, a alteração final do sistema de acesso ao ensino superior que deverá ser feita este ano deverá ter em linha de conta esse pensamento e essa discussão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Porque é que, afinal, quer o Partido Comunista quer o Partido Socialista foram palavrosos e disseram pouco? Porque ambos já apresentaram, Srs. Deputados, um projecto de alteração do actual sistema e seria útil que viessem aqui dizer aos estudantes, mais do que tentar aprovar o que se passa lá fora, o que é que defendem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como o Partido Socialista e o Partido Comunista Português não o fizeram, eu vou procurar fazê-lo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista, em bom rigor, não propõe coisa alguma em termos de novo sistema de acesso. O que propõe é que se volte muito tempo atrás e se diga que acabou o sistema de avaliação contínua...

O Sr. António José Seguro (PS): — Não é verdade!

O Orador: — ... e que se criem, no final dos 11.^º e 12.^º anos, exames nacionais sobre a matéria curricular.

Aplausos do PSD.

O Orador: — Porém, nada diz quanto ao acesso ao ensino superior. Diz apenas: «O acesso ao ensino superior far-se-á de acordo com as médias desses dois exames nacionais e das provas específicas, a realizar nas universidades.» Isto não é um novo sistema de acesso ao ensino superior!

Protestos do PS.

Por sua vez, o Partido Comunista propõe, de facto, um novo sistema de acesso ao ensino superior e vem dizer que, afinal, o sistema antigo é que era bom, que só podem ser candidatos ao ensino superior os estudantes que obtenham mais de 9,5 valores — numa escala de 20, supõe-se! — numa prova que não passa de um exame de aptidão.

Afinal, por ironia do destino, o Partido Comunista vem trazer os velhos exames de aptidão elitistas do passado!...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Reaccionários!

O Orador: — Não é um sistema de ingresso ao ensino superior com o qual nós concordemos, mas para que os Srs. Deputados da oposição não me acusem de ser tão palavrudo quanto vós,...

Vozes do PCP: — Ah!

O Orador: — ... vou dizer aquilo que propomos, coisa que os senhores não fizeram e deviam ter feito, aqui, neste lugar.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Ah!

O Orador: — Seria importante ter ouvido esta palavra das bancadas da oposição.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Há dois meses pensava o contrário!

O Orador: — Queria dizer aqui, Sr. Deputado Narana Coissoró, que nunca me envergonhei nem me inibi de dizer aquilo que penso. Disse aqui, há dois meses — como o disse, muitas vezes, noutras sítios, assim como nesta Assembleia, embora não nesta Sala, várias vezes, recentemente — que concordo globalmente com a filosofia de base do sistema de acesso ao ensino superior no qual se inscreve a prova geral de acesso.

Vozes do PS: — A PGA!

O Orador: — A prova geral de acesso, que tem uma abreviatura que se chama PGA.

E concordo com esse sistema de base...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... não apenas, como aqui repeti há dois meses, porque ele é mais justo do que o que funcionava antigamente mas porque entendo que o acesso ao ensino superior deve passar por uma prova nacional de aferição da capacidade para frequência de um nível superior de ensino, que essa prova não deve ser eliminatória mas de seleção e que essa prova deve seriar, de entre as classificações provenientes do ensino secundário, o tipo de alunos que são mais capazes de entrar para as vagas que existem na universidade.

Não me envergonho de defender isto, nem nunca os Srs. Deputados me poderão acusar de dizer o que não penso.

E mais: quero dizer que a Juventude Social-Democrata e o PSD se comprometeram, há muito tempo, em marcar para este ano a revisão desse sistema.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De facto, não propalámos aos sete ventos que o íamos alterar de cima a baixo, porque não temos essa intenção; antes temos a intenção de corrigi-lo e de aperfeiçoá-lo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aliás, já o dissemos aos estudantes,...

O Sr. António José Seguro (PS): — Já disseram tantas coisas!

O Orador: — ... porque nós não temos medo de dizer as coisas. Já o dissemos várias vezes!

Dissemos que uma prova geral de acesso, a existir, não deve ser uma prova de cultura geral, não deve ser uma prova de português nem deve ser, como alguém escreveu durante esta semana num diário, uma «charada linguística». Não podemos deixar de condenar a inconsistência com que foram elaboradas estas provas e não podemos deixar de condenar, em particular, a forma como se desvirtuou essa prova este ano.

Aplausos do PSD.

Foi essa a razão por que exigimos que o Governo criasse facultativamente uma terceira prova e que fosse nomeado um novo júri que desse garantias de que os erros que foram cometidos nas duas primeiras provas não se voltassem a repetir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De facto, foi uma solução que nos pareceu ser útil para um problema que foi criado, que é alheio aos estudantes e onde tem grande responsabilidade o júri, mas que o Governo também não pode deixar de assumir.

O Sr. António José Seguro (PS): — Coitadinho do júri!

O Orador: — No entanto, gostaríamos de denunciar que algumas outras correntes têm feito excessiva demagogia à volta da solução para este ano.

Queria, então, o Sr. Deputado António Filipe que este ano se anulasse tudo e que os alunos ingressassem no ensino superior com base na avaliação do secundário e na classificação obtida nas provas específicas. Sr. Deputado, se há coisa que é injusta, porque não respeita valores objectivos e universais, é a avaliação do ensino secundário,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... já para não falar, o que todos sabem, que muita dessa avaliação é um escândalo.

Em segundo lugar, se tivéssemos por base unicamente os elementos dessa avaliação, teríamos então de pensar que, não sendo as universidades nem as escolas do instituto politécnico obrigadas a realizar provas específicas, eventualmente ainda teríamos os estudantes a ingressar, este ano, no ensino superior com as notas do secundário, o que não só não seria justo como tenho mesmo muitas dúvidas que correspondesse a alguma seriedade. Isto é demagogia!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quero dizer que também é demagogia pensar, como alguém insistia no Partido Socialista, que se pudesse alterar rapidamente o sistema de acesso ao ensino superior, porque era disso que se tratava. Acabar agora com a PGA e anular as provas que estavam em presença correspondia a criar um vazio, que só alguém podia beneficiar: os que gostam da confusão!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas tal atitude iria prejudicar todos aqueles estudantes que estariam em Agosto, Setembro, Outubro ou Novembro deste ano sem saber se poderiam acceder à Universidade e, caso o pudessem fazer, em que circunstâncias e em que condições.

O Sr. António José Seguro (PS): — Não é isso que dizem os estudantes!

O Orador: — O Partido Socialista sabe, porque o escreveu, que não se muda um sistema de acesso nem em dois meses nem num ano; aliás, no projecto de lei que apresentou apontava a sua implementação para 1994/95 e o regime transitório para 1993/94.

Srs. Deputados, é preciso tirar uma conclusão: enquanto uns tiveram interesse neste debate urgente para não dizer nada, nós tivemos muito interesse em acompanhar os estudantes, em debater com eles e em vir aqui dizer alguma coisa que pudesse servir para o futuro. Gostava de os ver fazer o mesmo!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se sete Srs. Deputados para pedir esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando de Sousa.

O Sr. António Filipe (PCP): — Peço a palavra para exercer o direito de defesa.

O Sr. Presidente: — Então irá exercê-lo no fim, Sr. Deputado. Tal como tinha dito, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando de Sousa.

O Sr. João Amaral (PCP): — Isso é novo, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, em primeiro lugar já tinha dado a palavra e, segundo, gostaria que o Sr. Deputado me indicasse o artigo do Regimento onde isso está estabelecido.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, agradeço que tenha ouvido a minha observação.

Não tenho aqui à mão o artigo do Regimento,...

Risos.

... mas posso garantir uma coisa: que V. Ex.^a também não tem à mão o artigo do Regimento que diz o contrário.

O Sr. Presidente: — É porque não há artigo no Regimento que diga o contrário!

O Orador: — Na ausência, reconhecida por V. Ex.^a, de qualquer artigo, funcionará a prática. Ora a prática de há 15 anos para cá foi a de que tem precedência o pedido do uso da palavra para a defesa da honra ou consideração.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tal não está fixado em qualquer artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando de Sousa, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Fernando de Sousa (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Passos Coelho: Na sua intervenção não fundamentou a validade da prova geral de acesso, limitando-se unicamente a dizer que essa prova afere das capacidades dos alunos para frequentarem o ensino superior.

Creio que é esse, justamente, o cerne da questão: saber se a prova geral de acesso é válida, se afere ou não as capacidades dos alunos para frequentarem o ensino superior.

Tanto quanto sabemos, só nos Estados Unidos é que se acabou por encontrar uma forte correlação entre os valores indicados pela prova geral de acesso e o rendimento dos alunos no ensino superior. Nos outros países, e nomeadamente em Portugal — como recentemente foi demonstrado por um estudo —, não é possível estabelecer entre essa prova e o rendimento dos alunos do ensino superior qualquer relação, quanto mais uma correlação.

Ora, se assim é, em nosso entender de nada vale simplificar a prova geral de acesso até níveis que acabam por nada avaliar — como aconteceu no ano passado e por razões que todos conhecemos — e este ano torná-la de tal modo difícil e complexa que mesmo os especialistas concluem que há várias lógicas de resposta às perguntas descabidas que foram colocadas.

Portanto, entendemos que é preciso terminar com a prova geral de acesso e não mantê-la para prestígio ou desprestígio do Ministério da Educação, fazendo dos alunos agentes passivos de experiências inúteis.

A prova geral de acesso está ferida de morte e, sem demagogia nem sensacionalismo, devemos garantir condições sérias e credíveis de acesso ao ensino superior. Inclusive este ano, uma vez que os alunos não podem ser prejudicados pelo emaranhado de problemas criado pelo Governo do PSD.

Assim sendo, pergunto ao Sr. Deputado se não se sente constrangido a defender uma prova que os estudantes já repudiaram, que a universidade não defendeu, que o povo português criticou, considerando-a desnecessária, estando o próprio Governo pronto a fazer *mea culpa* e a terminar com ela.

O Sr. Presidente: — Para exercer o direito de defesa da honra, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, pedi a palavra — o que faço muito raramente — para exercer o direito de defesa, na medida em que o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho deturpou o conteúdo do projecto de Ici do PCP. Mas não apenas por esse motivo. É que o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho acusou o PCP de vir, final, defender o sistema anterior.

Srs. Deputados, quero lembrar-lhes que durante muitos anos, combatemos firmemente o sistema anterior, numa altura em que era defendido pelo PSD como, inclusivamente, pelo Partido Socialista.

Desde que em 1977 foi introduzido o sistema de *numerus clausus* no acesso ao ensino superior público tivemos combatido firmemente. Vir dizer agora, perante este projecto do PCP, que o que se pretende é voltar ao sistema anterior de provas de aferição, creio que não é sério da sua parte, na medida em que, se o Sr. Deputado leu o projecto, sabe que não é assim e se não leu, obviamente, não tem autoridade moral para sobre ele se pronunciar.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — É pior!

O Orador: — O Sr. Deputado, efectivamente, não leu o projecto, porque o que afirmei...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pedia que se cingisse ao tema para que pediu a palavra.

O Orador: — Sr. Presidente, terminarei de imediato.

Apenas gostaria de sublinhar que não é sério referir-se a um projecto deturpando-o, que foi aquilo que o Sr. Deputado fez, porque sabe que a posição do PCP em relação ao sistema anterior não é aquela que diz. Sempre o combatemos com a mesma firmeza como combatemos hoje o sistema da prova geral de acesso.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António José Filipe, V. Ex.^a percebeu mal aquilo que eu disse.

O Sr. António Filipe (PCP): — Eu sou António Filipe!

O Orador: — Sr. Deputado, li muito bem o projecto do PCP e não me parece que me tenha equivocado.

Com efeito, o Partido Comunista não vem propor os exames estritamente de aferição que funcionaram na sequência da criação do ano propedêutico. Não..., vem propor um sistema mais antigo, de facto, que é o velho exame de aptidão.

O Sr. João Amaral (PCP): — É falso!

O Orador: — É este o exame que está proposto implicitamente no projecto de lei do Partido Comunista. Mas, para tirarmos teimas, não há nada como divulgarmos o projecto e as pessoas poderão verificar por si mesmas. Penso que não posso ilustrar melhor do que fazendo circular um projecto que tem justamente isto proposto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Maria Bettencourt.

A Sr.^a Ana Maria Bettencourt (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, V. Ex.^a esteve aqui sem discutir o verdadeiro problema, que é o vazio brutal e monumental que vai neste País e que foi criado pelo Governo do PSD.

Protestos do PSD.

A demagogia está do seu lado, Sr. Deputado.

O Sr. António José Seguro (PS): — Muito bem!

A Oradora: — V. Ex.^a não se quis implicar no verdadeiro debate, que é o que se passa neste momento, sobre que solução é que se vai encontrar para combater o enorme vazio político e social que existe. O Sr. Deputado demonstrou que não sabe ouvir os jovens. Está do lado do poder e não sabe ouvir.

Protestos do PSD.

Não queria que estivesse incondicionalmente do lado dos jovens, mas, ao menos, que os ouvisse!...

O Sr. António José Seguro (PS): — Muito bem!

A Oradora: — E o Sr. Deputado não os sabe ouvir. V. Ex.^a tem um ecrã na cabeça, que é aquele que diz que a PGA é boa e que a PGA foi boa...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Está muito cinéfila!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, existe neste País um clima de desconfiança generalizado relativamente à PGA e à capacidade técnica de realizar uma terceira prova. Neste país não há condições para realizar uma terceira prova, como não havia para realizar a primeira e a segunda, mas a terceira é bem pior!...

A decisão de realizar esta terceira prova é de uma total incoerência e só traduz o enorme vazio educativo que impera no Ministério da Educação. Os senhores sabem muito bem que é assim: soluções incoerentes, tecnicamente mal concebidas, gerando uma enorme desconfiança na sociedade. A sociedade portuguesa está desconfiada relativamente à PGA e ao que se passa no País.

Vozes do PSD: — Também às vossas propostas!

A Oradora: — Mas dêem-nos espaço para as discutir que vão ver que a sociedade não desconfia das nossas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, faze esta semana 100 anos que foi extinto o Ministério da Instrução Pública pelo Ministro José Dias Ferreira, que, antes de o extinguir, tomou medidas de restrições orçamentais relativamente à educação e à cultura bem comparáveis ao Ministro Diamantino Durão. Ministro que os senhores já não conseguem defender — confessam — e que, de facto, transformou, como esse outro ministro há 100 anos, o Ministério da Educação numa repartição de contabilidade educativa. Esta é a verdade: o Ministério da Educação é uma repartição de contabilidade educativa onde não há educação!

O Sr. António José Seguro (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Vamos devolver a educação ao Ministério da Educação e vamos debater os verdadeiros problemas.

Vozes do PSD: — Isso é um discurso circular!

A Oradora: — Srs. Deputados, à PGA não serve, extinga-se! A PGA não tem qualquer validade, extinga-se já este ano! Esta é a verdade: há soluções alternativas e é preciso que os senhores assumam discuti-las quanto antes.

Protestos do PSD.

Portanto, a questão que coloco consiste em saber se os senhores estão dispostos a estudar tecnicamente essas soluções para, connosco e com os projectos que existem, aqui, na Assembleia, conceber um projecto de lei verdadeiramente coerente a longo prazo. Mas, já para este ano, estão dispostos a cancelar esta prova absurda, que está a criar um vazio e a combater a instabilidade terrível que existe nas escolas?

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não é isso que está em causa!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra à Sr.^a Deputada Julieta Sampaio para pedir esclarecimentos, chamo a atenção para o quadro de tempos disponíveis.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Julieta Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, é preciso não esquecer que a PGA agora contestada por muitos milhares foi energicamente apoiada pelo Primeiro-Ministro no ministério de Roberto Carneiro.

Há 14 anos que o PSD, à frente do Ministério da Educação, não tem soluções concretas e credíveis para o acesso ao ensino superior. Não se comprehende que, há um ano, o PSD encontrasse nesta prova méritos que agora pretendem sacudir.

As contradições nesta matéria são enormes. Há um ano era a PGA a cura milagrosa da prova de cultura. Hoje, o nome da PGA não diz nada ao Ministro Diamantino Durão. Seria interessante saber o que pensa o Sr. Primeiro-Ministro sobre a PGA.

Para nós, a arbitrariedade desta prova revelou-se sempre pela sua indefinição em matéria do que se entendia por cultura geral. Foi, acima de tudo, uma prova de elites acessível aos que podiam pagar estudos extracurriculares.

O PSD esteve cego durante três anos. Como diz o nosso povo, o pior dos cegos é o que não quer ver. Cego e surdo aos alertas que um pouco por toda a parte iam surgindo, não teve capacidade para suplantar lacunas irreparáveis no ensino secundário.

E agora, Srs. Deputados do PSD? Vão os senhores, finalmente, ter a capacidade de assumir as vossas responsabilidades? Vão de novo fazer de conta que não é nada convosco, enquanto o Governo finge que nesta Assembleia se discute música celestial? Como é? Os jovens querem e têm o direito de saber o que vai ser o seu futuro. Vão ser outra geração penalizada? Quantas gerações de jovens foram já prejudicadas pela incompetência dos governos do PSD no Ministério da Educação?

Deste debate tem de sair, da parte do PSD, uma resposta aos milhares de jovens que têm os olhos postos, hoje, no que se está a passar nesta Assembleia.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — O aproximar do fim do segundo período do ano lectivo exige rapidamente uma solução que ontem já era tardia. Que respostas tem o PSD para dar aos jovens? Sim ou não à PGA?

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Isso é um trabalho de casa!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, onde os estudantes disseram não à PGA, V. Ex.^a diz que ouviu dizer sim à PGA.

Protestos do PSD.

O Orador: — Penso que para um jovem é uma interpretação demasiado afeiçoada ao cinismo dos governantes. Possivelmente, o Sr. Deputado quer os estudantes metidos no redil a ouvirem as orientações do pastor, que pode ser o reitor, o ministro ou o dirigente do serviço da JSD.

O Sr. Fernando Pereira (PSD): — V. Ex.^a já se esqueceu do passado!

O Orador: — Sr. Deputado, porque é que a JSD, que pretende representar a juventude ou uma parte da juventude, está neste momento a ceder de forma tão clara e evidente às pressões do PSD e do Governo?

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, quero, em primeiro lugar, dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes apoiou a iniciativa do Partido Socialista para realizar um debate com urgência sobre esta matéria e que, inclusive, defendemos que deveria ter tido lugar na semana passada. Tal não foi possível, precisamente porque o PSD se opôs a esta possibilidade.

E isto para dizer que quando milhares e milhares de estudantes, de jovens, que, no fundo, representam o futuro deste país, se movimentam é necessário que a Assembleia da República veja o que se passa e que as diversas forças políticas aqui representadas assumam a responsabilidade que lhes compete perante o povo português e o Governo, porque à Assembleia da República compete a fiscalização do exercício da actividade governativa, razão por que não estamos de acordo com o que afirmou da tribuna.

Mas a questão que quero colocar-lhe tem a ver com a posição que aqui tomou, isto é, gostaria de saber se essa posição é pessoal, se é a do Grupo Parlamentar do PSD ou se representa a do Governo. É que entendemos ser necessário clarificar quem é o principal responsável pela instabilidade existente em todas as escolas do nosso país, pois, em nossa opinião, os primeiros responsáveis não são os estudantes, que, antes pelo contrário, tinham a capacidade de, ao fim de vários anos, tomar a rédea da manifestação da luta pela defesa dos seus interesses. E, pelas posições que o Sr. Deputado aqui tomou, entendemos que a JSD pretende que esta movimentação se não alargue mais.

Queremos que alguém seja responsável, por isso pretendemos saber se a posição tomada aqui pelo Sr. Deputado é pessoal, do PSD ou do Governo, visto ser necessário o País e os estudantes conhecerem o principal responsável para daí actuarem de acordo com o melhor caminho, a fim de defenderem quer os seus interesses quer os do País.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tenho, infelizmente, muito tempo, mas tentarei responder o melhor possível.

Sr. Deputado André Martins, as questões que me colocou não têm uma resposta muito complexa.

O Sr. Deputado quer saber de quem é a posição que aqui expressei, quem representa. Devo dizer-lhe que estou nesta bancada e, como tal, represento, nesta matéria, a voz do PSD.

Por outro lado, V. Ex.^a entende que a JSD não quer que esta manifestação avance mais. Sr. Deputado, a JSD quer que os estudantes saiam à rua sempre que se sintam injustiçados...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... que os estudantes tenham liberdade para poder defender sistemas de acesso ao ensino superior. A JSD não coloca entraves a isso. Mais, a JSD deseja, como já disse várias vezes, profundamente, que a próxima proposta a estar em discussão sobre sistema de acesso ao ensino superior tenha, em larga medida, a representação desses estudantes, as suas opiniões.

Portanto, Sr. Deputado, não creio que possa imputar à JSD qualquer coisa desse tipo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Mário Tomé perguntou porque é que cedemos às pressões do Governo. E que,

depois de alguns oradores terem vindo invocar a suposta desorientação do Governo sobre esta matéria, teríamos, se calhar, de perguntar quem é que pressiona quem, mas, como temos a certeza de que o Governo tem um programa e de que o PSD teve um programa eleitoral, não temos qualquer dúvida nem fazemos confusão sobre as nossas ideias.

Portanto, quando os Srs. Deputados quiserem ter na Assembleia o Governo a defender esta matéria podem convidá-lo.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Mesmo perante as manifestações dos estudantes?!

O Orador: — Sr.^a Deputada Ana Maria Bettencourt, penso que V. Ex.^a me fizesse a justiça de pensar que não vivo de ecrãs, pois até vejo pouca televisão, ou mesmo nenhuma....

Vozes do PS: — Faz bem!

O Orador: — ... não tenho hábitos de cassette... ao contrário do que se passa com os senhores, não nos preocupa a acusação de não ouvirmos os estudantes, porque, apesar de os ouvirmos, dizemos o que pensamos. Porém, infelizmente, o Partido Socialista não ouve os estudantes, limita-se a trazer aqui algumas das suas frases sem lhes dizer o que pensa, mas, depois, diz que «o Governo já não tem pé nesta matéria». É muito pouco!

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado Fernando de Sousa, é verdade que em Portugal ainda não foi possível fazer-se um estudo sério que pudesse avaliar o valor preditivo da prova geral de acesso. É verdade que o único estudo que existe foi feito por uma faculdade e incidia sobre um universo muito reduzido e projectado apenas para o primeiro ano da universidade. Os únicos estudos feitos até hoje têm a ver não com o seu valor preditivo mas com o seu nível de incidência e de coincidência com a avaliação do ensino secundário. É o único!

Em minha opinião é, sem sombra de dúvida, indispensável que um sistema de acesso ao ensino superior, onde figure esta ou outra PGA com conteúdos diferentes ou mesmo as PGA propostas por outros partidos — agora com o medo de lhes mudar o nome —, qualquer que seja, venha a poder beneficiar de uma avaliação, que deve ser feita, incluindo o seu estudo preditivo até onde for possível levá-lo.

No entanto, devo dizer-lhe que não podemos ficar só à espera das avaliações nem dos exames, é preciso avançar com algumas propostas.

Mas não quero deixar de concluir, Sr. Deputado, sem lhe dizer que se agora não houve tempo para dizer mais, isso não significa que não nos fique a preocupação de que a PGA e o sistema de acesso ao ensino superior é apenas uma pequena parte do que é preciso ver. Temos de ter em conta a estrutura curricular do 11.^º e 12.^º ano, a oferta de ensino ao nível universitário, ao nível politécnico, ao nível de todo o sistema de ensino superior e estaremos cá, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para fazer essa discussão quando VV. Ex.^{as} quiserem.

Aplausos do PSD.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração.

¶

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, na resposta aos pedidos de esclarecimento, acusou a bancada socialista de apenas trazer a este debate algumas palavras dos estudantes e não propostas concretas.

Vozes do PSD: — E é verdade!

O Orador: — Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria, tão simplesmente, em 30 segundos, de dizer o que já dissemos ontem e hoje neste debate.

Primeiro, somos, por princípio, contra a prova geral de acesso.

Segundo, para este ano — tomem nota, Srs. Deputados — somos contra a terceira chamada da prova geral de acesso...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e a favor de que a nota de candidatura à universidade para este ano seja encontrada através da dos anos terminais do ensino secundário com a das provas específicas. E, Srs. Deputados, estamos dispostos a discutir, com seriedade, na próxima semana, se não quiserem que seja já amanhã, a nova lei de acesso para o ensino superior com base no consenso nacional.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, vou ser muito breve para não alongar mais não o debate mas estas palavras.

Sr. Deputado, o que diz não pode ser sério...

O Sr. António José Seguro (PS): — É sério!

O Orador: — ... ou então não ouviu ou não quer ouvir.

Sr. Deputado, fazer este ano o acesso ao ensino superior com base na proposta feita por V. Ex.^a significa, em última instância, dizer que este ano os candidatos ao ensino superior ingressam com as notas do ensino secundário....

Vozes do PS: — Mais a prova específica!

O Orador: — ... porque ninguém pode obrigar as universidades a fazerem provas específicas e há muitas faculdades que as não fazem. Aproveito para esclarecer uma questão, já aqui levantada.

Há três anos, quando este sistema foi implementado, foram as próprias universidades que rejeitaram ter toda a responsabilidade da seleção dos candidatos. Logo, isso não é nem uma resposta nem uma proposta séria, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa informa que se encontram presentes nas galerias alunos da Escola

n.º 3, de Oeiras, da Escola Secundária de José Régio, de Vila do Conde, e da Escola Secundária IBN-Mucana, de Alcabideche.

Peço para elas uma saudação especial.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate diz respeito a um problema tão fundamental da sociedade portuguesa que talvez devêssemos poupar o tempo dedicado a questões processuais e o desperdiçado com a apreciação de intenções a respeito de governantes, partidos e Deputados.

Devo dizer que, como professor, sinto um certo constrangimento ao verificar que o grande problema, aqui subjacente em tantas intervenções, foi o de saber se não havia um aproveitamento do que se passou na rua. Perguntava-me a mim próprio, ao mesmo tempo, se o que se passou na rua vai poder aproveitar alguma coisa desses comentários aqui feitos, porque me lembro de Maio de 1968, quando humildemente a França reconheceu que quando os estudantes estavam na rua o Parlamento tinha-se transferido para o campo universitário. O Parlamento foi aprender com elas e esta humildade precisa de ser assumida.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É também com essa humildade profissional que pretendo fazer alguns comentários sobre este problema. E começo por rejeitar toda e qualquer crítica reprovadora ao actual Ministro da Educação, que ainda não teve tempo — penso eu — de definir uma política própria nessa matéria. Ele herdou uma situação, não a herdou a benefício de inventário e, por consequência, o que está neste momento em causa é uma responsabilidade de uma administração longa, que não é dele. Digo isto, porque o considero um grande professor da Universidade Técnica, deu provas extraordinárias como pedagogo e director de estabelecimentos de ensino e, por consequência, espero que lhe seja dada a oportunidade de desenvolver a afirmação básica de que a PGA para ele não tem qualquer significado. Vamos ver como ele vai desenvolver o pensamento autónomo que, certamente, tem nesta matéria.

Por outro lado, também considero, como já tive ocasião de dizer no debate anterior, que me parece excessivo enxectar, com tanta frequência, as responsabilidades para o ensino secundário, em Portugal.

Em primeiro lugar, isso parece-me inteiramente contraditório com o próprio sistema da PGA que está em vigor, porque aquilo que acontece é que nos pedem a nós, cidadãos contribuintes e pais, que entreguemos os filhos ao sistema educativo do Estado, que os tem durante 12 anos submetidos a esse sistema de integração, e passados 12 anos diz-nos que ensinou mal, o que não é tolerável. Depois, para verificar quais estão habilitados, encarrega de apreciar os seus conhecimentos os mesmos professores dos quais disse que ensinaram mal.

Precisávamos talvez de examinar este problema com maior independência das contingências das circunstâncias políticas, pelo que começaria, justamente, por dizer uma coisa que espero que não considerem surpreendente: não existe nenhuma prova geral de acesso, estamos aqui a discutir uma coisa que não há, ou seja, a prova geral de

acesso ao ensino superior. E porque é que não há, porque é que estamos a discutir uma coisa que não existe?

Entre 1973 e 1990, a rede do ensino superior passou de quatro universidades oficiais e de uma não oficial, que era a Católica, situadas em Lisboa, Porto e Coimbra, para 14 universidades oficiais, cinco privadas, 14 institutos superiores politécnicos dependentes do Ministério da Educação, cinco não dependentes e 21 privados. Ao mesmo tempo tínhamos — não devem ser números inteiramente rigorosos, mas são aproximados —, em 1973, 54 000 alunos no ensino superior e, em 1991, 170 000 alunos no ensino superior. O que é que acontece? Acontece que este aumento da demanda é enfrentado por um corpo docente que não cresceu proporcionalmente e não só não cresceu como desceu socialmente de estatuto.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Verificámos aqui, quando daquele incidente grave da PGA, ou seja, a greve dos professores, que os professores universitários, desde 1974, nunca tinham feito qualquer reivindicação profissional, só tinham feito reivindicações respeitantes às instalações, aos currículos, aos laboratórios e às bolsas de estudo. Mas esse primeiro sobressalto que o professorado do ensino superior provocou, nessa altura, não contribuiu, até este momento, para melhorar o estatuto da profissão e para a tornar atractiva, de forma que o corpo docente cresça em proporção à demanda que continua a crescer.

E então qual é a solução que estamos a dar a esta juventude, que passa de 54 000 em 1973 para 170 000 em 1991? Temos uma prova que serve de sinalização para escolher os que vão para o ensino oficial e os que vão para o ensino privado, pois ninguém é excluído. Aquilo que fazemos é hierarquizar os que vão beneficiar de um ensino que consideramos melhor e aqueles que têm as portas abertas do ensino privado, ao qual o ensino oficial não reconhece igualdade.

Temos de assumir que estamos a criar um sistema, em Portugal, em que, nesta polaridade de universidades, não há nenhuma universidade do Estado que accorde uma transferência de um aluno de uma universidade privada. Não há nenhuma universidade do Estado que accorde a equivalência de uma universidade privada. Que situação é esta? Que divisão é esta entre a juventude, que depois se vem a reencontrar, quatro ou cinco anos mais tarde, no mesmo mercado de trabalho, com títulos equivalentes, disputando a possibilidade de ter uma carreira na sociedade portuguesa?

É por isso que digo que o Parlamento está a discutir uma coisa que não existe. Não há nenhuma prova geral de acesso, Srs. Deputados, o que há é uma prova que divide a juventude portuguesa entre os que vão para a universidade do Estado e os que vão para a privada. E o que nos diz a nossa análise, na Universidade Técnica de Lisboa, a única da qual tenho elementos, é que nas universidades do Estado estão realmente os alunos provenientes dos meios culturais mais ricos e nas universidades privadas estão justamente aqueles que vêm dos meios sociais menos favorecidos. Exactamente o contrário do que o sistema pretendia. O sistema, por consequência, está a produzir resultados viciosos em relação a aquilo que era o seu objectivo. E tudo isto tem na base um ponto que é fundamental, o vicioso sistema de *numerus clausus* que existe, em Portugal, que é exclusivamente baseado na capacidade de recepção das escolas e não tem a ver nem

com a aptidão dos estudantes, nem com as perspectivas do mercado, nem com as especialidades novas que a sociedade exige, mas apenas com o número de cadeiras disponíveis.

Dou um exemplo: uma licenciatura pela qual estou responsável, neste momento, a de relações internacionais, tem 70 vagas e só entram alunos com 17,8 valores, o que quer dizer que o nosso sistema considera inacessíveis todos quantos têm uma classificação inferior. Simplesmente, eles têm as portas abertas em todas as universidades privadas, e quem lhes vai dar aulas? Os mesmos professores que ensinam nas universidades do Estado, aos quais não é permitido receber os estudantes nessas universidades porque não há cadeiras para os sentar.

Permito-me lembrar — e não digo isto com ironia — que, no debate anteriormente travado sobre esta matéria, sugeri que o Ministério da Educação precisava de ser complementado com uma boa Secretaria de Estado da Habitação Escolar, e, em meu entender, o problema do *numerus clausus*, em Portugal, continua a ser esse. Enquanto não enfrentarmos isto, não teremos uma solução para este problema. Medidas suasórias têm sido tomadas pela Administração, mas são inteiramente insuficientes.

Lembro, por exemplo, que agora os conselhos científicos têm de autorizar os professores para que estes possam dar aulas nas universidades privadas, mas eu, porque presido a um conselho científico e não preciso de pedir essa autorização, sei que a generalidade precisa e todos votam. Gostava de saber qual é o controlo que esta medida traz para a qualidade do ensino que é exigível e se já meditaram na circunstância desta exigência do professor correr a acudir às solicitações do ensino privado, o desviar das suas obrigações, que é estar na escola. Porque ensinar não é dar aulas apenas, é preciso estar disponível, estar presente, acompanhar o estudante e estar sempre pronto a atendê-lo. E um professor que é peregrino pelas várias universidades que pululam pelo País não pode, efectivamente, desempenhar essa função.

Por esta razão terminaria pedindo que considerássemos que aquilo que está em causa não é o prestígio do Governo passado ou presente, não é a desconfiança prévia em relação a um novo membro do Governo, não é o aproveitamento, sempre inevitável, que se possa fazer, dentro da Câmara, do que se passa lá fora, mas o que está realmente em causa, aquilo que já foi aqui visto, revisto e comprovado, no debate passado, é a insuficiência do nosso sistema de avaliação dos estudantes, a deficiência do método que os divide entre aptos para o ensino oficial e para o ensino privado, a incapacidade de a universidade do Estado garantir a qualidade pela qual é hoje exclusivamente responsável. Este é o problema que temos de assumir, não para aproveitar o que se passa lá fora, mas para que lá fora aproveitem alguma coisa do que se passa aqui.

E permitir-me-ia recordar um conceito que já tive ocasião de utilizar, mas que, como professor, me preocupa sempre muito. O nosso último debate foi, salvo erro, há três anos, e nessa altura recordei que no ensino a medida do tempo é como na agricultura, é por anos: quando se perde o dia, perde-se o ano, e o ano que se perde são unidades de vida de cada um dos jovens. Essa é a nossa responsabilidade! Quando nos envolvemos em questões processuais, em juízos de intenções, em atribuições de incapacidades, esquecemos que tudo isso é feito no tempo que são unidades de vida dos estudantes, que se viram obrigados a transformar a rua no Parlamento.

Aplausos do CDS, do PSD, do PS e do PSN.

(*O Orador reviu.*)

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Adriano Moreira ultrapassou o tempo regimental de que dispunha, mas isso foi devido ao facto de o Presidente da Mesa ter gostado muito de o ouvir. Perdoe-me a Câmara esse facto.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, vai desculpar-me, mas não vou dar a palavra para intervenções suplementares. Tem sido utilizado hoje esse processo pouco regimental, mas agora não vou fazê-lo.

Para que efecto pede a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. António José Seguro (PS): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira, então, formular a sua pergunta em cinco segundos.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, como compreende, não posso formular a pergunta em cinco segundos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, formule-a sem considerações laterais, pois, se se desviar deste meu critério, cortar-lhe-ei, sem rancor, a palavra.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, gostaria de solicitar à Mesa a mesma tolerância manifestada para os restantes grupos parlamentares, a fim de poder pedir esclarecimentos na sequência da intervenção, que julgo bastante interessante, feita pelo Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, uma vez que todos os partidos estão com tempos negativos, vou dar a cada um mais três minutos para formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, já que estamos em matéria de generosidade, que, aliás, revela um certo sentido de equidade, embora relativo, gostaria de poder utilizar estes três minutos não para pedir esclarecimentos mas para uma declaração final.

O Sr. Presidente: — Considero uma boa sugestão. Suponho mesmo que é a melhor forma de realizar a equidade.

Se ninguém se opuser, assim se fará.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, há colegas Deputados que gostariam de questionar o Sr. Deputado Adriano Moreira, pelo que não lhes deve ser tirado esse direito...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, devo dizer-lhe que não é um direito, foi uma concessão da Mesa.

O Orador: — Sr. Presidente, julgo que cada bancada deverá gerir essa concessão da melhor maneira: ou com pedido de esclarecimento ou com declaração final!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, admito a alternativa, mas suponho que, como brilhante professor que é, a intervenção do Sr. Deputado Adriano Moreira foi tão clara que as pessoas ficaram esclarecidas. Por isso, era preferível que fizessem uma declaração final. No entanto, admito que possam escolher uma ou outra figura regimental.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manoel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, passo a saber que tenho seis minutos, isto é, três mais três!

Risos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, seria melhor não perder muito tempo nem confiar demasiado na generosidade!

O Orador: — Mas eu confio na generosidade do Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, vou falar pouco tempo, de acordo com o que o Sr. Presidente me solicita ou exige, até porque o Parlamento não é nenhuma verbocracia.

O que quero dizer é que ainda não se traçou aqui um diagnóstico rápido ou, pelo menos, sucinto do que se está a passar no ensino. Há que dizer, primeiramente, que houve em Portugal, nomeadamente após o 25 de Abril, uma explosão escolar para a qual não havia suficientes estruturas materiais e humanas. Isto é preciso dizer imediatamente. E nós, que trabalhamos no ensino, sabemos perfeitamente que, com ou sem prova geral de acesso, com ou sem PGA, os alunos continuarão a chegar ao ensino superior sem saber português, sem viver daquela cultura actual e actuante que deve distinguir o Homem do nosso tempo.

Não vou já dizer e — passe a piada —, porque estive num país estrangeiro a dar aulas e surgiu-me um indivíduo que escrevia ossos com «ç», que o aluno em Portugal chegue a estes extremos, mas na realidade o aluno chega à universidade e não sabe escrever português. O que é que isto significa? Significa que o aluno não sabe escrever português porque a prova geral de acesso não foi rigorosa?! Não é isso! Há que reestruturar pela base o ensino secundário e depois já não é preciso prova geral de acesso.

O que o meu partido apresenta como proposta de solução é que, para se falar da prova geral de acesso e do ensino superior em Portugal, deve repensar-se o ensino secundário. Depois, com ou sem prova geral de acesso, de certeza que o aluno estará preparado para ingressar na universidade.

No nosso entender, é preciso dessacralizar a omnisciência oficial do Estado. Não é o Estado que ensina, é a Nação que ensina e é ensinada — o Sr. Deputado Adriano Moreira chamou a atenção para isto.

Não há que ter só em atenção o que se passa com os alunos do ensino oficial, há que ter também em atenção o que se passa com os milhares de alunos que já estão nas universidades privadas.

Portanto, em nosso entender, há que dar a suficiente autonomia às várias universidades na concessão e apresentação da respectiva prova de admissão. Isto é, que haja uma PGA, sim, mas de acordo com a vontade manifestada pelas diversas universidades.

Pausa.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, devem ter reparado que houve aqui uma pequena pausa. É que o Presidente suspeitou que o tal «Miguel Angelo» tivesse entrado no quadro eletrónico, mas parece que não.

Risos.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^m e Srs. Deputados: Sendo a prova geral de acesso uma prova tão vivamente posta em causa, geradora de tão vivo movimento de contestação por parte dos estudantes, clá deveria ser entendida pelo poder como algo que está mal, algo que toda a oposição pôs em causa, numa onda de protesto que não se confina contudo a este Parlamento e cujas fronteiras não se esvaziam naqueles que aqui estão representados, antes se extravasam e alargam a outros sectores.

O normal seria, pois, neste contexto, que a reflexão se fizesse, a dúvida se instalasse e a procura de outras soluções alternativas, pelo menos, se tentasse. Tal não aconteceu. A capacidade de ouvir, de dialogar, de que o Governo gosta de fazer apanágio e que tão inutilmente rechcia os seus discursos, não se exercitou. Não se fez não só por esquematismo burocrático mas também porque se quis fugir ao debate.

«O Governo não pode intervir por favor», disse o Deputado Carlos Coelho. Estamos de acordo. Deve intervir não por favor, mas porque é sua obrigação. Obrigação que lhe advém de compromissos que contraiu com o eleitorado, obrigação de quem é Executivo, obrigação que resulta da existência de uma PGA de que ele próprio é responsável e que criou. Uma PGA de que o Governo, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Ministro da Educação são igualmente responsáveis; PGA que, em si mesmo, como processo de avaliação segregador, errado à partida, tem de ser questionado, tem de ser posto em causa.

Equacionar este problema de um modo global e, com ele, todo o sistema de acesso ao ensino superior, o seu funcionamento e a sua qualidade, é um debate que hoje importa trazer. Daí, e em nossa opinião, termos subscrito e termos achado extremamente interessante a intervenção do Deputado Adriano Moreira pela forma como coloca a questão de integrar a PGA num processo mais amplo, que deve ser discutido.

De qualquer modo, e do ponto de vista do Partido Ecologista Os Verdes, pensamos que a PGA tem agora um tempo para ser resolvida e cabe a este Parlamento assumir essa responsabilidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De acordo com o que disse o Professor Adriano Moreira e para que quem está lá fora possa beneficiar do que se passa aqui dentro, julgo que, para além de uma

abordagem mais global, aprofundada, da questão de todo o ensino, nomeadamente o acesso à universidade, era bom que saisse daqui a ideia de que a PGA está condenada e devia ser abolida de imediato.

Porque estaremos nós perante uma PGA que nunca se engana e raras vezes tem dúvidas? Estaremos perante um sacrifício absurdo de 150 000 alunos, das famílias, das escolas, no altar daquilo que parece ser o poder gratuito de um autoritarismo cego ou de uma pacovice emproada?

Recurso-me a acreditar nisso!

A PGA é um «vírus» da seriedade do ensino, uma armadilha cultural, é uma seleção arbitrária, é um contrassenso e é uma iniquidade social. É uma prova desmoralizada, como desmoralizados estão os seus autores e o Ministro. É uma prova que convocou as maiores manifestações de estudantes de há muito tempo a esta parte para a contestarem e a recusarem.

Avançar para a 3.ª chamada da PGA depois do Governo admitir o seu fim, depois de o júri se ter demitido, depois de reduzida a estilhaços por críticas demolidoras e qualificadas, é um absurdo só ultrapassado pelo absurdo da própria PGA.

O PSD alega ser irresponsável agora optar pelas provas específicas nas universidades. O que é irresponsável é insistir numa prova reprovada, que desacredita o ensino, inquina a universidade, desresponsabiliza os alunos, indignifica o próprio Estado.

Os jovens estudantes estão a dar um sinal novo ao nosso país de participação cívica, de luta contra a abulia, de contestação saudável e responsável. Como tão bem o fizeram em Novembro, aquando do massacre de Díli.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Que disparate de comparação!

O Orador: — Mas não podem deixar-se enredar em disputas alheias aos seus interesses...

A contestação da PGA atingiu um nível de representatividade quase absoluto, gerando dirigentes genuínos do movimento estudantil, como sempre surgem os verdadeiros dirigentes impulsionados pela luta empenhada em defesa de interesses legítimos e colectivos.

Infelizmente a JSD cedeu à pressão do Ministro, que, à defesa e sem argumentos, exigiu que o PSD a pusesse na ordem. Os «Jotas Laranjas» cederam e promoveram a vacilação na recusa cívica à 3.ª chamada.

É condonável a manutenção do absurdo. Os estudantes e a oposição apontam para uma alternativa imediata: a ponderação das médias curriculares e as provas específicas, que certamente as universidades têm condições e tempo para elaborar.

Trata-se de um método imperfeito, porém mais justo, na condição de transitório, já que para o ano lectivo 92/93, após um debate nacional, com ampla participação dos alunos e das escolas, sobre o acesso à universidade, haverá o tempo e a preparação do sistema e dos alunos para uma via alternativa.

Para já impõe-se o fim da PGA e, com ela, do alicatório e discriminatório no acesso à universidade.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para a declaração final deste debate, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Neste momento estou a lembrar-me da frase de

Descartes: «A sensatez é a coisa mais bem repartida neste mundo», que, julgo, tem toda a aplicação. Já todos chegámos à conclusão de que a PGA não interessa e por isso — porque, como todos sabem, o real é complexo e não podemos pegar de uma parte do real e, através dessa parte, dizer que estamos a visionar o todo — temos de rever, de repensar todo o ensino em Portugal e não só a prova geral de acesso.

Aliás, estes assuntos não podem ser observados com espírito de partido, o qual julgo ser, às vezes, uma das patologias do *Esprit de Géométrie*, porque não tem espírito de *finesse*, não ouve, não entende os outros, não se esforça por compreender os outros.

Julgo que a Nação intira e este Parlamento devem dar as mãos para estudar este problema e não centrarmo-nos na PGA, porque o que está em crise não é a PGA mas o ensino em Portugal.

É isso que devemos ter bem presente quando se discute a PGA. Ao não procedermos assim, cairíamos na situação daquele gastrorenterologista que, ao examinar uma úlcera, dissesse que o mal estava na úlcera, quando, se calhar, por ter tido um grande desgosto, o indivíduo ganhou essa úlcera.

A PGA não é o ensino em Portugal, mas é uma das manifestações da crise que atravessa o ensino em Portugal. É sob este ângulo que deve ser observada a PGA no nosso país.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma declaração final, a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Srs. Deputados, foi colocada a questão do ensino em geral, mas quero centrar a minha declaração final na PGA, já que foi clara que suscitou este debate.

A PGA — provou-se e este debate também o confirmou — é um sistema segregador, errado e cujo fim, segundo entendi, foi aqui anunciado.

Importa salientar e registar a força da contestação que o movimento estudantil teve no abreviar da solução deste problema e que não restaram dúvidas, até do debate aqui feito, que o problema da PGA não se confina a um Ministro que acabou de entrar, não é um problema que se resuma à inabilidade de um júri que cometeu erros técnicos, mas é uma forma de avaliação desajustada do sistema de ensino, uma forma de segregar, de seleccionar e cometer injustiças.

Este debate provou-o, pelo que caberá agora ao Parlamento dar luz verde para que as propostas de discussão de soluções alternativas sejam encontradas rapidamente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma declaração final, o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate aqui travado veio demonstrar que o problema da PGA não pode ser um problema das «jotas partidárias». Foi pena que Deputados de todos os partidos, que têm conhecimento aprofundado do problema do ensino e da educação, não tivessem subido à tribuna para tratar o problema geral da universidade portuguesa e que o debate se tenha confinado apenas ao que é momentâneo, imediato, circunstancial e que é a revolta estudantil em curso contra uma PGA concreta que foi, aliás, a gota que fez transbordar o cálice.

Sempre entendemos que o problema fundamental não era a PGA nem o actual acesso, como muito bem disse o Professor Adriano Moreira. Aliás, não o disse só hoje, pois juntamente com o Partido Socialista apresentámos há dois anos um projecto de lei, assinado pelos Srs. Deputados Adriano Moreira e António Barreto, para eliminar esta prova.

Não vale a pena retomar os mesmos argumentos, mas fica-nos a certeza de que o problema não é do Ministro em concreto, não é dos estudantes, não é de uma prova em concreto que está em causa quando tratamos do acesso à universidade. É, sim, o problema da própria universidade e, quem diz universidade, diz também do futuro da própria cultura e da ciência.

O que está em causa é o que serão os nossos futuros cientistas e professores das universidades, os nossos futuros técnicos qualificados, os nossos futuros intelectuais, pois os que hoje estão na rua serão os que, dentro de 10 ou 15 anos, tomarão o poder social e cultural nas suas mãos.

É para este quadro, para este horizonte, que temos de olhar ao discutir hoje, neste Parlamento, a reforma do ensino. Não podemos enquadrar a PGA nos precisos termos em que se fez este debate, isto é, dizer o que os estudantes disseram e o que o Ministro não disse, porque temos um horizonte muito mais amplo, que é o futuro do próprio Portugal, da nossa cultura, da nossa ciência, da nossa técnica, da nossa presença universitária no contexto europeu e no contexto mundial.

É com esta visão global do problema, dentro do vasto horizonte do futuro desta mesma juventude, que hoje está na rua, e das nossas universidades, que queríamos terminar esta nossa declaração final.

Queremos dizer que o Parlamento fez bem em travar este debate, mesmo que a ele não tenha assistido o Governo. Mas esse mesmo Governo não deixará, certamente, de tirar as devidas ilações de tudo o que aqui se passou, já que o debate foi transmitido em directo pela rádio e constará do *Diário da Assembleia da República*.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate teve lugar no momento em que a contestação ao sistema de acesso ao ensino superior em vigor, em particular ao seu elemento momentaneamente mais visível e pedagogicamente mais absurdo, que é a prova geral de acesso, enche as escolas e por vezes as ruas do nosso país. Seria, assim, de esperar que a Assembleia da República tivesse hoje um debate sério sobre esta matéria, onde fossem discutidos os caminhos para superar esta situação, socialmente condenada.

Infelizmente, aquilo a que assistimos da parte da maioria foi à repetição de argumentos que já todos conhecemos e que estão gastos.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — A política da *cassette* é exclusiva do PCP!

O Orador: — Vcô, espantosamente, defender não apenas a PGA, mas também os fundamentos em que o actual sistema assenta, isto é, o *numerus clausus* para o ensino superior público.

Direi mesmo que veio gorar alguma expectativa que as palavras do Ministro, em recente entrevista, tinham criado. Pelos vistos, a PGA não diz nada ao Ministro, mas à JSD diz muito, tanto assim que entendem que ela deve ser mantida.

A Sr.ª Marília Raimundo (PSD): — Isso é uma *cassette*!

O Orador: — É verdade, Srs. Deputados, que há que repensar o ensino secundário, nomeadamente os seus anos terminais, considerando o acesso ao ensino superior. Cumpre é perguntar: só agora é que os senhores sabem isso? O que é que os senhores andam a fazer há 12 anos consecutivos, à frente do Ministério da Educação, e quantos mais anos andarão a dizer isto, sem nada fazer de responsável para alterar esta situação? Os senhores são os últimos a ter autoridade para neste momento se referirem a esta matéria!

O que não é legítimo é, reconhecendo carências do sistema, vir penalizar duplamente os jovens que têm de se submeter a esse sistema e obrigá-los a fazer uma prova para a qual não obtiveram aprendizagem. O que é injusto na PGA é fazer depender a classificação obtida de uma aprendizagem que é extra-escolar, potenciando assim as desigualdades sociais prévias no acesso ao ensino superior.

Para nós, a situação é clara. No que se refere ao corrente ano, afirmamos claramente que é possível anular a PGA e encontrar uma saída mais adequada para o acesso ao ensino superior neste ano. Existem notas obtidas pelos estudantes no anos terminais do ensino secundário e existirão provas específicas. Disse o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho que há universidades que as não têm. Crio, todavia, que seria menos injusto providenciar, com a colaboração das universidades e dos institutos politécnicos, que fossem asseguradas provas específicas para todos os estudantes do que obrigar todos os estudantes a fazer a sua candidatura ao ensino superior considerando a nota desta prova, verdadeiramente absurda, que foi a PGA, à qual se acrescentará um elemento absurdo, que será a fantasmagórica terceira chamada, que ainda ninguém sabe quem vai fazer e que júri a vai classificar.

Para nós, portanto, a situação é clara: defendemos a anulação da PGA este ano, a abolição global do actual sistema e também a abolição definitiva da prova geral de acesso.

Propomo-nos contribuir para isso, apresentando aqui uma proposta concreta, como fizemos. O apelo que fazemos é no sentido de que aceitem discutir seriamente esta questão e debater na Assembleia da República, sem falsos argumentos e subterfúgios, os caminhos para uma solução mais justa do acesso ao ensino superior.

A questão de fundo aqui em causa traduz-se em saber se queremos ou não que Portugal tenha níveis europeus no plano do acesso ao ensino superior e que exista efectivamente igualdade de oportunidades nesse acesso. Essa é que é a grande questão!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PS, quando propôs o agendamento do debate sobre a prova geral de acesso, tinha razão.

Essa razão não era só aquela que lhe advinha da manifestação dos estudantes, nem só a que lhe advinha do princípio e da coerência que mantém desde há três anos. Tinha também razão, como foi espehado neste debate, por haver uma diferença substancial entre o Partido Socialista e o PSD.

Vozes do PSD: — Isso é verdade, e ainda bem!

O Orador: — É que os senhores são responsáveis por esta situação.

A Sr.^a Julieta Sampaio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Neste debate, o PS mostrou que tem propostas a longo prazo e para este ano em relação ao acesso ao ensino superior.

Vozes do PSD: — Não mostrou nada!

O Orador: — Os Srs. Deputados do PSD mostraram neste Hemiciclo que não só não têm propostas a longo prazo, como também não têm propostas concretas para este ano.

Esta é uma diferença básica e importante, que prova certamente a ausência do Governo neste debate.

Vozes do PSD: — Outra vez não!...

O Orador: — Para além de terem vindo aqui, colhendo argumentos da oposição e tentar baralhar o discurso, o que os Srs. Deputados do PSD aqui vieram fazer foi um frete ao Governo, que está confuso, que não tem ideias nem propostas e que, perante a espada que lhe foi apontada pelos estudantes, encostando-o à parede, tenta desmultiplicar-se em entrevistas a jornais, para lançar a confusão junto dos jovens portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — Srs. Deputados do PSD, parem de fazer fretes ao Governo e ao vosso Primeiro-Ministro! Ouçam a voz e a razão dos estudantes! Por uma vez na vida, Srs. Deputados, metam a vossa arrogância no bolso e façam com que esta exigência nacional de suprir, e acabar de imediato a prova geral de acesso tenha tradução prática!

Não tenho dúvidas, Srs. Deputados, de que, no interior da vossa consciência, muitos dos senhores estão contra a prova geral de acesso.

A Sr.^a Maria Luísa Ferreira (PSD): — Está enganado!

O Orador: — Também não tenho dúvidas de que, no interior da vossa consciência, muitos dos senhores até estão contra a maneira como o vosso Ministro da Educação se tem comportado.

A Sr.^a Julieta Sampaio (PS): — É óbvio que estão!

O Orador: — A única diferença, Srs. Deputados, é a de que, se, em vez de ter sido a oposição a propor a extinção da prova geral de acesso, tivesse sido o vosso Primeiro-Ministro a fazê-lo, os senhores têm aceite.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero, para concluir este debate, dizer, em nome do PSD, que me entristece o facto de as pessoas terem demonstrado tanto interesse em discutir, mas no fim apenas vieram acusar-nos de fazer fretes e pouco mais disseram.

O Sr. António José Seguro (PS): — Temos uma proposta!

O Orador: — Afinal, parece que, ao intervir neste Parlamento, em nome do PSD, para dar resposta à situação que foi criada este ano e dizer, com frontalidade, como entendo que se deve encarar o sistema de ingresso no ensino superior para os anos vindouros, nada disso era exigido, porque não era isso o que a oposição esperava.

A oposição esperava que viéssemos aqui dar o dito por não dito e dizer que estamos com ela, que toda a gente está na rua e que temos de estar de acordo com toda a gente, mesmo antes de sabermos o que é que está a ser dito, o que é que os estudantes pensam e o que é que eles desejam, para então poderem vir, na intervenção final, apelidar-nos de oportunistas. Era isto o que os Srs. Deputados pretendiam.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só que, Srs. Deputados, o nosso sentido de oportunidade não se confunde com oportunismo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A nossa convicção não se confunde com a vossa arrogância de quererem que todos pensem como os senhores. Dizemos como é que pensamos e estamos dispostos a ouvir os estudantes dizer o que é que pensam.

Mas aos Srs. Deputados António José Seguro e António Filipe, os Deputados que mais de perto contestaram as minhas intervenções, quero dizer que esperava, antes, que o vosso cuidado neste debate se centrasse mais em responder aos estudantes do que em fazer proposições sobre aquilo que eles pensam.

O Sr. António José Seguro (PS): — Quem tem de responder é o Governo!

O Orador: — Não estamos interessados em reduzir o debate do acesso ao ensino superior a uma prova geral de acesso, com este ou outro conteúdo. Estamos, sim, interessados em discutir, como já estávamos preparados para o fazer, o acesso ao ensino superior na sua forma mais lata, no que diz respeito à reformulação do ensino superior e do ensino secundário.

Avançámos até com propostas, dizendo que o acesso ao ensino superior se deveria processar a partir do 11.^º ano. Disse já, por outro lado, que se deveria caminhar para a extinção do 12.^º ano de escolaridade...

O Sr. António Filipe (PCP): — E o PSD diz isso?!

O Orador: — ... e que, na reformulação do ensino superior, onde se deve caminhar para a redução do número de anos das licenciaturas, pós-graduações, mestrados e

doutoramentos, deve ser possível encontrar uma forma de a própria universidade poder contribuir, no ano preparatório, para a formação dos seus alunos.

O Sr. António José Seguro (PS): — Há 14 anos que dizem isso!

O Orador: — Esta é uma forma de começar o debate, dizendo aos estudantes o que é que pensamos, antes de pretendermos pôr na boca deles aquilo que eles não disseram.

O Partido Socialista fez aqui, há dois meses, uma interpelação ao Governo em matéria de educação. Não a ganhou. Agora queria que o Governo estivesse aqui para responder àquilo sobre o qual não o questionou. Vamos continuar à espera das próximas manobras do Partido Socialista nesta matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos, assim, o período de antes da ordem do dia.

Eram 12 horas e 30 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estão em aprovação os n.º 27 e 28 do *Diário*, respectantes às reuniões plenárias dos dias 30 e 31 de Janeiro passado.

Pausa.

Não havendo objecções, consideram-se aprovados.

Srs. Deputados, entramos agora na segunda parte da ordem do dia, da qual consta a apreciação da proposta de resolução n.º 2/VI — Aprova para ratificação o Acordo Internacional da Juta e Produtos da Juta.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Luís Filipe Menezes): — Peço a palavra, Sr. Presidente, para interpellar a Mesa ainda antes de se iniciar o debate da referida proposta de resolução.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Luís Filipe Menezes): — Sr. Presidente, durante o debate a que assistimos sobre a prova geral de acesso, suscitado pelo PS, perdeu-se demasiado tempo, como os Srs. Deputados referiram, e muito bem, a discutir questões processuais e regimentais que tinham ficado esclarecidas na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares.

Não vou perder muito tempo evocando argumentos que aqui foram apresentados por várias bancadas, particularmente pela do PSD, e pela própria Mesa, mas somente pedir a V. Ex.ª que esclareça a Câmara sobre se é verdade, ou não, que o Governo se disponibilizou para encontrar uma figura regimental que permitisse a sua presença neste debate e sugeriu, inclusivamente, que ele fosse transformado numa reunião conjunta de diversas comissões, abertas ao público e à comunicação social.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem! É verdade!

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, tenho de concluir que V. Ex.ª não assistiu ao início do debate, porque a Mesa já tinha esclarecido esse problema, até onde lhe foi possível.

Srs. Deputados, vamos dar início ao debate sobre a proposta de resolução n.º 2/VI, que aprova para ratificação o Acordo Internacional da Juta e Produtos da Juta.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (Manuel Correia de Jesus): — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: O Governo submete à consideração de VV. Ex.ª a proposta de resolução n.º 2/VI, que visa a aprovação para ratificação por Portugal do Acordo Internacional da Juta e Produtos da Juta de 1989.

Este novo acordo internacional substitui o Acordo Internacional da Juta e Produtos de Juta de 1982, prorrogado, aliás, até 1991, ao qual Portugal aderiu em 28 de Abril de 1988 e cujo texto foi publicado no *Diário da República*, de 22 de Dezembro de 1987.

O texto do novo acordo foi negociado, em Genebra, durante a Conferência das Nações Unidas sobre a juta e produtos de juta, que decorreu de 30 de Outubro a 3 de Novembro de 1989.

O Acordo Internacional de 1989 é muito semelhante ao anterior, introduzindo, no entanto, pequenas alterações na redacção de alguns pontos, com base na experiência adquirida durante a vigência do Acordo de 1982.

O novo texto mantém, de resto, a estrutura básica do Acordo de 1982 e os seus objectivos fundamentais, a saber: facilitar um enquadramento eficaz para a cooperação e as consultas entre os países membros exportadores e importadores, na perspectiva do desenvolvimento da economia da juta; servir de suporte à produção e comercialização da juta e seus produtos e dar apoio em áreas de pesquisa e desenvolvimento agrícolas, industriais e de promoção de mercados. Por fim, mantém a Organização Internacional da Juta, criada pelo Acordo Internacional de 1982, à qual compete assegurar a execução das disposições do novo Acordo e controlar o seu funcionamento.

A ratificação por Portugal resulta de uma decisão comunitária comum. Por conseguinte, estão envolvidos neste processo os outros Estados membros e a Comissão da Comunidade Europeia, os quais depositam em simultâneo junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas os respectivos instrumentos de ratificação. Este processo reveste-se, pois, de alguma urgência.

Sr.º e Srs. Deputados, são estes, em síntese, o conteúdo e o alcance do acordo que ora se submete à aprovação de VV. Ex.ª

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Os acordos internacionais para os produtos de base, entre os quais se incluem a juta e os produtos da juta (que é uma fibra têxtil natural), integram-se no quadro do programa global da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

O texto que agora é presente à Assembleia da República representa um segundo acordo alterado em relação ao Acordo de 1982 e pretende, aparentemente, possibilitar uma nova política comercial nos mercados internacionais

para a juta e os produtos da juta, designadamente no que se refere a medidas de apoio a acções de investigação e desenvolvimento que valorizem a importância comercial da juta, como produto natural, na procura de novas utilizações finais da cultura; a medidas de apoio à promoção de vendas nos mercados internacionais; a medidas de apoio à diminuição dos custos de produção que permitam tornar a juta, como produto natural, mais competitiva em relação às fibras sintéticas e, por último, medidas de apoio à valorização dos recursos humanos dos países produtores de juta.

Portugal não parece ter, no imediato, um interesse directo e relevante neste Acordo, dado o peso insignificante que actualmente ele tem no nosso sistema produtivo.

Não somos produtores e o nosso volume de importações de juta representa tão-somente 0,2 % do mercado mundial e 6 % do valor total das importações portuguesas.

Qual é, então, a importância deste Acordo hoje presente à Assembleia da República?

Ele tem, sobretudo, interesse relevante para países do Médio e do Extremo Oriente, alguns deles na cauda dos índices de desenvolvimento e onde a produção e o volume de exportações desta fibra natural tem um peso particularmente importante nas suas economias: é o caso do Bangladesh (que, só por si, é responsável por 61 % das exportações mundiais), da Índia, do Nepal, da Tailândia e da China, que, em conjunto, absorvem a totalidade das exportações e do comércio mundial desta fibra.

O comércio da juta é um caso típico das relações desequilibradíssimas entre os países menos desenvolvidos produtores de matérias-primas e as grandes metrópoles do comércio internacional. A relação dos termos de troca dos produtos e matérias-primas básicas no comércio mundial tem vindo sistematicamente a degradar-se em desfavor dos países produtores e a favor dos grandes países importadores.

Basta dizer que entre 1980 e 1986 os países exportadores de produtos básicos (no caso, a juta, o algodão, o café e o cacau), que são países, no geral, com graves problemas de desenvolvimento e de dependência internacional, viram os seus rendimentos reais, traduzidos em termos de troca, degradarem-se em cerca de 20 %, como expressão da crise sem precedentes dos mercados mundiais de produtos básicos que a política dos países mais industrializados e importadores provocou, desde o início da década de 80.

A tão falada nova ordem económica internacional, que permita não só inverter mas diminuir o fosso entre os países menos avançados e as grandes metrópoles, está longe de passar das palavras aos actos.

Este acordo nesta matéria pretende, embora minimamente, contribuir para valorizar o comércio mundial da juta, dos produtos naturais e do seu valor e, nessa medida, contribuir para contrariar essa relação desfavorecida entre os países produtores e exportadores de matérias-primas e os países importadores.

Em segundo lugar, a importância deste acordo releva também de, através dele, se pretender valorizar os produtos naturais, com mais-valias ambientais, em prejuízo das fibras sintéticas, o que por si só parece ser positivo em matéria de intenções de política de ambiente.

Portugal não tem, como disse atrás, um interesse imediato, directo e relevante nesta matéria. Mas não é tanto assim, se pensarmos que no conceito de juta se inscreve

o *kenaf*, cultura que tem vindo a ser ensaiada, mesmo no nosso país, como alternativa ao eucalipto, que é extremamente degradante dos solos.

Neste quadro, um tratado e a sua ratificação — aliás, por decisão da Comunidade ele já entrou em vigor, a título provisório, em Abril de 1991 — que, por um lado, pretende valorizar os produtos naturais com mais-valias ambientais e, por outro, tem como intenção acrescentar valor a uma cultura em que se encontram particularmente interessados os países menos desenvolvidos, merece o nosso acordo, embora sem ilusões sobre a sua eficácia enquanto uma real vontade política e uma real implantação de uma verdadeira nova ordem económica internacional não surgirem no firmamento das relações económicas internacionais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Penedos.

O Sr. José Penedos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na Comissão de Economia, Finanças e Plano considerei, como Deputado relator, que a proposta de resolução em análise estava em condições de subir a Plenário, não me tendo apercebido de que havia uma discrepância, entre o Anexo A da versão portuguesa e o Anexo A da versão francesa, na percentagem com que a China participa nas exportações para o mercado internacional. De facto, essa percentagem é de 8,681 e, portanto, no Anexo A da versão portuguesa esse valor está errado. Peço, pois, à Câmara e à Mesa que corrijam esse erro no Anexo A da versão portuguesa.

Em relação à matéria que aqui nos traz, o PS considera positiva a celebração de acordos internacionais tendo por objecto os produtos de base, porque a situação do mercado internacional nesta matéria tem vindo a degradar-se ao longo do tempo, seja porque persistem altas taxas de juro reais, seja porque as taxas de câmbio têm variado enormemente, seja porque o fluxo financeiro para os países produtores é retroactivo no tempo, seja porque as infra-estruturas dos países produtores têm vindo a sentir-se crescentemente da falta do investimento estrangeiro nesta área.

O mercado internacional dos produtos básicos tem, neste momento, um nó que é perceptível quando se olha para as bolsas das matérias-primas internacionais. Há uma tendência de queda permanente no preço destas matérias-primas e, portanto, a balança de pagamentos destes países produtores de produtos básicos é uma balança crescentemente deteriorada.

Portanto, também aqui, num quadro de solidariedade internacional que Portugal sempre tem vindo a defender, devemos assumir, embora sendo um país *price-taker* na matéria (porque somos um pequeníssimo importador, representando um centésimo das importações dos países comunitários nesta área), uma atitude de solidariedade e de denúncia das perversões do comércio internacional.

O Acordo de 1989, como disse aliás o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas na sua intervenção, introduz algumas alterações ao Acordo de 1982 e são essas diferenças que se devem sublinhar. De facto, ele introduz uma nota sobre a valorização dos recursos humanos, que estava ausente no anterior acordo; introduz uma nota de sensibilização dos valores ambientais, porque se reconhece que a juta tem uma vantagem diferencial, é um produto natural e, portanto, pode concorrer com as fibras sintéticas em novos produtos; e introduz uma nota

sobre o fundo comum que é a de a gestão da conta do fundo comum passar a ser afectada privilegiadamente, designadamente na segunda conta, aos projectos de desenvolvimento e de investigação, seja para melhorar a produção, seja para melhorar a descoberta de novos produtos e inseri-los no mercado internacional. Assim, esta segunda conta do fundo é, na perspectiva do PS, uma aquisição importante.

A preocupação ambiental está sublinhada, mas não podemos deixar de dizer, como o Sr. Deputado Lino de Carvalho, que não é despiciendo para Portugal que, no âmbito da Comunidade Europeia, venha a ser desenvolvido com sucesso a investigação do *kenaf*, investigação aplicada, porque se vier a ser completamente valorizado como substituto do eucalipto, tem uma vantagem para Portugal que é a de evitar a desertificação a que o País tem estado sujeito com a monocultura do eucalipto.

Por todas estas razões, o Partido Socialista aprova a ratificação deste Acordo e lamenta que esta discussão decorra com tão pouca participação do Plenário.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isilda Martins.

A Sr.ª Isilda Martins (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há pouco mais de dois meses que me encontro a exercer as funções de Deputada na Assembleia da República. Esta é a primeira vez que uso da palavra nesta Câmara, pelo que queria aproveitar a ocasião para apresentar aos Srs. Deputados as minhas melhores saudações e cumprimentar a Mesa na pessoa do Sr. Presidente, a quem testemunho todo o meu apreço e consideração.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A proposta de resolução n.º 2/VI — Aprova, para ratificação, o Acordo Internacional da Juta e Produtos de Juta, concluído em Genebra pela Conferência das Nações Unidas, em 3 de Novembro de 1989, e assinado pelos Estados membros da Comunidade Europeia em 20 de Dezembro de 1990, vem no seguimento de outros acordos internacionais já aprovados nesta Assembleia e inscreve-se na prossecução do cumprimento dos objectivos enunciados no Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia.

A invenção das fibras sintéticas e a consequente implementação da sua produção industrial provocaram o desequilíbrio e quase asfixiaram o mercado da juta. As estruturas e os elos desse complexo geo-económico e social foram profundamente afectados e a sua reestruturação tem-se mostrado particularmente difícil.

Este Acordo, que foi negociado no âmbito do Programa Integrado para os Produtos de Base (PIPB), envolve os principais exportadores e importadores da juta e produtos de juta; visa regularizar o mercado e incrementar quer a produção desta matéria-prima, quer o fabrico dos artigos de juta; e pretende reforçar a competitividade da juta e dos artigos de juta face à concorrência dos produtos sintéticos, através da sensibilização para as vantagens comparativas da utilização da juta, enquanto produto natural e numa perspectiva de preservação do meio ambiente, bem como da implementação de projectos de investigação nas áreas da valorização de recursos humanos, da melhoria da qualidade dos produtos, da redução de custos e da promoção de vendas e alargamento dos mercados.

E por de mais conhecida a dificuldade em obter no nosso país artigos manufacturados em juta. Assim, é nossa

convicção de que, após a aprovação por esta Assembleia do presente Acordo Internacional, ficam garantidos a estabilidade de abastecimento e de preços, uma vez que os industriais portugueses passam a ter acesso a esta matéria-prima básica em equidade com os seus parceiros dos outros Estados membros da Comunidade Económica Europeia.

Assim, o Acordo que o Governo propõe à Assembleia da República para ratificação realiza o cumprimento dos objectivos enunciados no artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia, que cito: «Os Estados membros comprometem-se a aderir, nos termos do presente Acto, aos acordos ou convenções concluídos pelos Estados membros da Comunidade [...]».

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelas razões aduzidas e porque o Acordo parece bem elaborado e vantajoso, o Partido Social Democrata votará favoravelmente esta proposta de resolução.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — A Sr.ª Deputada Isilda Martins, ao usar da palavra pela primeira vez nesta Câmara, saudou os Srs. Deputados em geral e cumprimentou, de um modo especial, a Mesa e o seu Presidente. Assim, em nome dos Srs. Deputados e da Mesa, agradeço-lhe as saudações e formulou votos de que tenha bom êxito no exercício do mandato que recebeu dos eleitores do Algarve.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que esta ratificação, formalmente, surge em consequência da nossa adesão à Comunidade e trata-se de uma obrigação legal à qual não podemos fugir.

Quanto à substância, já aqui foi dito pela nossa colega que hoje se estreou na tribuna do Plenário, ele é altamente vantajoso para o País e é mais uma palmeira no oásis em que o Sr. Primeiro-Ministro tem transformado Portugal, como tem dito em todo o lado.

Assim, este oásis do Acordo da Juta vai satisfazer-nos a todos, daí a nossa aprovação.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não há mais inscrições para intervenções e está esgotado o debate desta matéria. A votação realizar-se-á na próxima reunião plenária, ou seja, na terça-feira, às 15 horas.

Passamos ao segundo ponto da ordem do dia, que tem a ver com o projecto de deliberação n.º 7/VI — Visitas de grupos de jovens à Assembleia da República, apresentado pelo PS.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tivemos hoje uma sessão em que discutimos questões de educação, porque consideramos que o nosso projecto se insere dentro da perspectiva de educação para a democracia ou, se quisermos, de pedagogia da democracia. Apesar de os trabalhos já irem bastante adiantados, julgamos que esta deliberação deve ser tratada com alguma dignidade e, nesse sentido, estamos nesta tribuna.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: numa sociedade marcada pela força da comunicação e pelo domínio dos meios mediáticos, a política de comunicação das instituições assume redobrada importância, sobretudo no caso do

Parlamento, sede por exceléncia do jogo democrático e, como tal, sujeito a uma maior pressão e atenção por parte da opinião pública. Uma adequada política de comunicação é condição indispensável — que não é única! — para que aqueles que representamos se identifiquem com a própria instituição parlamentar. Não é, afinal, o Parlamento a principal mostra da democracia?

A nossa opinião é, pois, a de que a Assembleia da República, enquanto assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses e expressão da organização política democrática, necessita de manter uma estreita relação com a sociedade portuguesa, quer como instituição quer individualmente, através dos seus Deputados.

Constatamos que, particularmente junto dos mais jovens, a imagem da Assembleia da República não é positiva e fica muito aquém daquilo que todos desejamos. Por isso mesmo, o presente projecto de deliberação pretende dar um novo enquadramento e um novo impulso ao acolhimento dos grupos de visitantes, especialmente quando integrados por jovens.

Para vos dar uma ideia do impacte destas propostas, gostava de referir que na sessão legislativa de 1990/1991, ou seja, na sessão legislativa anterior, a Divisão de Relações Públicas da Assembleia da República preparou e acompanhou 211 visitas de estudo ao Palácio de São Bento, com a participação de cerca de 10 000 alunos, e prestou apoio na assistência às sessões plenárias de mais de 270 escolas, envolvendo mais de 15 000 alunos.

Assim, é fértil o terreno para a pedagogia da democracia e, em concreto, da democracia parlamentar. E isto porque, tenhamos consciência desse facto, a democracia e a liberdade só são património do colectivo se forem assumidas no consciente de cada cidadão e têm, todos os dias, novas exigências. Se a pedagogia da democracia é uma tarefa sempre inacabada, a nós, Deputados, cabe-nos, no mínimo, olhar para a instituição de que temporariamente somos titulares.

Há passos positivos que já foram dados. A Divisão de Relações Públicas da Assembleia da República, apesar da exiguidade dos meios humanos disponíveis, tem ultrapassado, pela qualidade e dedicação, as limitações quantitativas, tendo apresentado em várias ocasiões a quem de direito sugestões para a melhoria do atendimento aos visitantes da Assembleia da República. Hoje esse atendimento melhorou qualitativamente, nomeadamente com a edição de um desdobrável que é distribuído aos jovens das escolas, com uma explicação sobre o processo legislativo comum e com o enquadramento das visitas.

Foi com o mesmo objectivo que na última legislatura, em conjunto com o Sr. Deputado Carlos Coelho, suscitámos junto do então Presidente da Assembleia da República, Prof. Vítor Crespo, a necessidade de implementar um conjunto de iniciativas.

Na deliberação que ora se aprecia retomamos essas ideias e avançamos com um conjunto de outras novas iniciativas. No entanto, não se trata de uma proposta fechada e, assim, propomos:

1 — A criação de um serviço de visitas para a superintendência e organização logística de tudo o que respeita ao atendimento de visitantes, embora, naturalmente, tal se possa fazer no âmbito das estruturas já existentes;

2 — Que, para além das solicitações do exterior, de escolas e outros grupos, cada grupo parlamentar possa, por sessão legislativa, convidar quatro grupos de jovens, de 25 elementos cada um e com idade compreendida entre os 15 e os 25 anos, para visitarem a Assembleia da

República, que comparticipará em 50 % das despesas de deslocação — isto, obviamente, sem limitar o legítimo direito de os grupos parlamentares convidarem quem lhes aprovou, mas sublinhando, e separando claramente as águas, a necessidade de essas visitas serem enquadradas em termos pedagógicos, por forma que não resultem, apenas em meras sessões de propaganda eleitoral;

3 — Em colaboração com os serviços competentes das câmaras municipais da área da Grande Lisboa ou da Área Metropolitana, o serviço de visitas organizaria uma visita para os convidados dos grupos parlamentares, quando se tratasse de grupos de visitantes oriundos de outras regiões do País;

4 — A elaboração de um documento preparatório das visitas de grupos de jovens, que eles deverão receber antes da própria visita;

5 — A edição de um desdobrável em banda desenhada sobre o processo legislativo e o papel da Assembleia da República, a distribuir aos visitantes mais jovens;

6 — A edição de um desdobrável mais aprofundado no seu conteúdo, a distribuir a públicos específicos, nomeadamente a estudantes do segundo ciclo do ensino secundário e do ensino superior ou equivalente, e ao público em geral;

7 — A edição em banda desenhada de uma brochura-síntese de divulgação da Constituição da República Portuguesa;

8 — O serviço de visitas organizaria o atendimento assegurando:

- a) O visionamento de uma *cassette* de vídeo sobre o funcionamento do Parlamento previamente à visita ao Plenário e ao edifício da Assembleia da República, porque, Sr.^{as} e Srs. Deputados, particularmente Sr. Presidente, devemos ter consciência de que a esmagadora maioria dos jovens que assistem às sessões plenárias desta Casa saem daqui com uma imagem distorcida de qual o papel do Deputado, qual a intervenção nas comissões e qual o papel do dia a dia na actividade parlamentar;
- b) A distribuição gratuita de um dos desdobráveis referidos nos n.^{os} 5 ou 6 da presente iniciativa;
- c) Uma reunião/debate com Deputados da Assembleia da República, organizada em articulação com as Comissões Parlamentares de Juventude e de Educação, Ciência e Cultura e ou Deputados do círculo.

9 — A edição de colecções de *slides* e de cópias de *cassettes* de vídeo, para promoção institucional, e cedência por empréstimo às entidades e grupos que o solicitem;

10 — A constituição de uma comissão de acompanhamento, que colaborará com S. Ex.^a o Presidente da Assembleia da República na concepção destas iniciativas. Naturalmente, será até de recorrer quer a entidades profissionais extra-Assembleia, quer a instituições universitárias de reconhecido mérito para o enquadramento e acompanhamento sociológico de algumas das iniciativas que propomos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: todos não somos de mais para a concretização destas propostas.

O nosso voto é o de que esta pequena/grande reforma se faça sem demora, uma vez que ela está ao nosso alcance.

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Fernando Amaral.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Cunha.

O Sr. Jorge Paulo Cunha (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também por uma questão de dignidade, resolvemos vir aqui à tribuna. Dada a importância da matéria, o PSD irá produzir duas intervenções.

Estamos hoje aqui a discutir o projecto de deliberação n.º 7/VI, que retoma uma ideia avançada e desenvolvida no passado pela Juventude Social-Democrata e pela Juventude Socialista, como os autores, na intervenção anterior, muito bem ressaltaram.

Esta ideia apareceu com o objectivo de dignificar o Parlamento e as instituições democráticas e permitir um conhecimento dos mecanismos de funcionamento do sistema democrático português, particularmente da Assembleia da República, pelos milhares de jovens que visitam o Palácio e que se limitam a ter uma ideia arquitectónica do edifício.

O comunicado final da cimeira entre a JSD e a JS, há quatro anos, incluía essa necessidade e teve desenvolvimento posterior numa audiência conjunta com o Sr. Presidente da Assembleia da República, onde se assentaram alguns princípios que, no entanto, só tiveram concretização na feitura de uma brochura sobre o processo legislativo.

Nesta legislatura, o Partido Socialista resolveu apresentar a esta Câmara uma proposta inspirada nessas iniciativas.

É pois positivo estar hoje a discutir este projecto de deliberação.

Assim, passo a recordar os principais pontos defendidos na proposta pelos Deputados da JSD ao longo destes anos.

Em primeiro lugar, a utilização de meios audiovisuais para a divulgação do Parlamento e das suas competências, através da feitura de brochuras adaptadas a cada estrato etário, incluindo a utilização de banda desenhada e a realização de uma *cassette* de vídeo.

Em segundo lugar, a possibilidade de contacto directo com os Deputados, aproximando eleitores e eleitos e permitindo ainda a troca de opiniões sobre os problemas que afectam os jovens portugueses, de forma que a visita à Assembleia não se reduza a assistir por alguns minutos à sessão plenária.

No passado, a Comissão de Juventude disponibilizou-se para assegurar, em regime de rotatividade entre os seus membros, uma equipa que garantisse o contacto entre os jovens visitantes e Deputados jovens.

Porém, há aspectos que carecem de melhor tratamento e ponderação em sede de especialidade e, por isso, fazia desde já um desafio ao Partido Socialista para que nos ouvisse com atenção.

Parece-nos difícil haver participação financeira nas viagens, uma vez que a Assembleia tem de libertar meios financeiros para a recepção dos grupos de jovens, através das brochuras, dos filmes em vídeo e até do próprio acompanhamento, parecendo-nos também que a sociedade civil, as autarquias e os próprios visitantes devem dar algum contributo financeiro no apoio a esta iniciativa. Também aqui queremos menos Estado!

Por outro lado, parece-nos potenciadora da burocracia e despesa inútil a criação de mais um serviço na Assembleia da República — o serviço de visitas. Isto porque a Divisão de Relações Públicas tem a competência e os conhecimentos necessários para lidar com esta situação nova.

Parece-nos ainda redutor o limite etário que se prevê: porque não dos 7 aos 30 anos, já que as escolas primárias também terão algum interesse em visitar a Assembleia da República?

O PSD irá votar favoravelmente esta iniciativa, mas, no entanto, fazemos a ressalva de podermos discutir um pouco melhor esses pressupostos e envolver nessa questão, através da Comissão de Juventude, as organizações de juventude que, sem embargo da opinião dos Srs. Deputados, poderiam, com certeza, melhorar e aperfeiçoar este texto.

Aproveito esta oportunidade para referir que os Deputados da JSD iniciaram nesta sessão legislativa um conjunto de visitas de estruturas da JSD e de associações juvenis à Assembleia. Hoje mesmo um grupo de 15 jovens encontra-se no Palácio a nosso convite e teve uma reunião com Deputados da JSD. Esta é mais uma prova de que para nós a prática é mais importante do que as grandes figuras de retórica ou de actividade discursiva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: terminava relembrando que a consciência cívica de um povo só pode ser construída se os valores democráticos forem preservados e acarinhados, particularmente junto de gerações que nasceram e cresceram após o 25 de Abril de 1974 e não necessitaram de se esforçar para conquistar a liberdade e a democracia.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Maia para uma intervenção.

O Sr. José Manuel Maia (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP considera positiva a intenção expressa no projecto de deliberação n.º 7/VI, de iniciativa socialista, por considerar e ser, na verdade, muito importante que a Assembleia da República se dê mais a conhecer, evitando, assim, juízos distorcidos ou sem fundamento.

Sem dúvida que é neste quadro e com esta postura que se insere o projecto de deliberação sobre as visitas de grupos de jovens à Assembleia da República. Mas importa, desde já, sublinhar que a imagem e o prestígio do Parlamento dependem também, e com certeza muito mais, do modo como os titulares deste órgão de soberania exercem o seu mandato e levam em conta as aspirações, as reivindicações e a situação do povo que representam, bem como da postura perante a Assembleia da República desse outro agente parlamentar importante que é o Governo, cujo exemplo dado esta manhã no debate que aqui tivemos é flagrantemente negativo relativamente à imagem que todos queremos dar da Assembleia da República.

Pensamos que o Parlamento tem de ser o centro do debate democrático, o centro solucionador e canalizador das aspirações e reivindicações dos cidadãos e, neste caso particular, dos jovens.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: voltando concretamente ao projecto de deliberação, gostaria de tecer algumas considerações.

Importa sublinhar que o Palácio de São Bento acolhe, ao longo do ano, milhares de visitantes. O relatório de actividades dos serviços referente à IV Sessão Legislativa da V Legislatura, já aqui referido pelo Sr. Deputado José Apolinário, é disso um exemplo concreto e objectivo: mais de 25 000 jovens visitaram a Assembleia no período que decorreu entre Outubro de 1990 e Junho-Julho de 1991.

Perdoar-me-ão os subscriptores do projecto de deliberação que lhes diga que o essencial das visitas dos jovens à Assembleia da República tem vindo a assentar na explcação da vida parlamentar com uma componente histórica que é correcta e, diria até, sem qualquer perspectiva turística. Assim, a apreciação feita no âmbito da deliberação parece-me, neste aspecto, não ser correcta, embora, Srs. Deputados, concorde plenamente que é importante reforçar a dinâmica no acolhimento dos jovens e de outros cidadãos que nos visitam.

Os Srs. Deputados bem sabem que não sou representante dos funcionários parlamentares, mas é de clementar justiça salientar o seu empenho relativamente a este caso e também a outros que poderiam ser focados.

Por isso mesmo me permitia trazer ao vosso conhecimento uma parcela do que foi o plano de actividades apresentado, em 1984, pela Divisão de Relações Públicas e subscrito pela sua chefia, o funcionário José Alberto Pires.

Nesse plano de actividades dizia-se o seguinte: «Há que, sistematicamente, dinamizar e facultar as visitas ao Palácio de São Bento por parte de estudantes, trabalhadores e público em geral. A Assembleia aberta tem de constituir, de uma maneira simples e directa, uma forma de pôr particularmente os jovens em contacto pessoal com os Deputados e com as instalações onde se processa grande parte da acção política e legislativa, permitindo-lhes ter uma imagem mais real da Assembleia da República.

«Estas visitas deverão ser complementadas, em determinadas circunstâncias, pela assistência a uma reunião plenária ou uma evocação histórica e acompanhadas, ainda, da difusão de desdobráveis sobre a organização e funcionamento da Assembleia da República e sua competência. Estas visitas viriam preencher uma lacuna no que respeita à informação e divulgação da imagem deste importante órgão de soberania.

«Os jovens que, com frequência, visitam o Parlamento retiram-se, presentemente, do Palácio desprovidos de quaisquer elementos sobre a sua actividade e importância, juízos que, sem dúvida, não formam nem colhem na simples assistência das galerias, nem, decerto, obtêm da leitura dos órgãos de comunicação social, que lhos não transmitem por falta de espaço, tempo ou até de vontade.» E mais à frente referia, ainda, «a possibilidade da edição de três tipos de desdobráveis em função das idades e, cada um deles, com tratamento gráfico apropriado e textos que correspondessem às capacidades dos seus destinatários».

Foi neste âmbito que o Presidente da Assembleia da República de então mandou elaborar alguns documentos, de que, hoje, são exemplo a chamada *plaquette* (edição mais ampla e aprofundada e, como tal, com uma distribuição mais restrita) e um desdobrável, que tem boa qualidade, embora possa ser melhorado, e que é entregue a todos os jovens que visitam a Assembleia da República — penso que a grande maioria dos Srs. Deputados conhece, mas, se não, vale a pena conhecer porque é, na verdade, um documento que, segundo penso, está bem feito e serve, neste momento, plenamente os jovens que nos visitam.

Podemos, assim, afirmar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, neste momento, existe um serviço de visitas. Mas importa, sem dúvida, rever meios técnicos e humanos e reforçá-los para que possam corresponder, plenamente, aquilo que até estava estabelecido no regulamento dos serviços da Assembleia da República.

Por outro lado — e já aqui também foi referido —, os próprios grupos parlamentares têm vindo a convidar grupos de jovens, como, por exemplo — e isto é sabido —, vão estar na Assembleia da República, no corrente mês de Março, a convite de Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, cerca de 300 jovens de Trás-os-Montes, para visitas, colóquios, presença nas sessões plenárias, etc. Por isso, penso que já foram dados alguns passos.

O que é importante, talvez, é que haja maior pluralidade do ponto de vista desses contactos entre os jovens e os vários grupos parlamentares e os partidos que compõem esta Assembleia.

Aqui importava, talvez, referir, a propósito da proposta de deliberação apresentada, a questão que é colocada de os Deputados convidarem jovens entre os 15 e os 25 anos. Então pergunto: porque não 14, porque não 10 ou, talvez, porque não 7? E talvez fosse mesmo de aceitar que fossem jovens dos 7 aos 25 anos que estivessem no âmbito destes convites.

O Sr. António José Seguro (PS): — 77!...

O Orador: — Ou até aos 77, porque não!

Mas, já agora, e relativamente à intervenção do Sr. Deputado Jorge Paulo Cunha, quando fala na questão dos custos, permitia-me lembrar-lhe que não é só a Assembleia da República que faz parte do Estado, pois as autarquias também fazem. E querer deixar a Assembleia da República sem custos, mandando-os para as autarquias, penso que ...

Vozes do PSD: — Parte!...

O Orador: — É parte, mas também o que está no projecto de deliberação é apenas parte, são apenas 50 % dos custos. Pode-se discutir isto, mas penso que era importante que a Assembleia da República tivesse também alguma participação nestes custos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: é positivo tudo aquilo que se faça para aproximar a Assembleia da República do País e dos cidadãos e, em especial, dos jovens, por forma a reforçar a sua participação na vida política, por ela constituir condição e instrumento fundamental de consolidação do regime democrático, como nos indica o próprio artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PCP dará o seu voto favorável ao projecto de deliberação, propondo apenas que haja algumas pequenas emendas, porque penso que através delas é possível estabelecer-se o consenso de toda a Câmara relativamente a esta deliberação.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Apesar de o Sr. Deputado José Manuel Maia ter sido muito claro na sua exposição, o Sr. Deputado José Apolinário pediu a palavra para lhe pedir esclarecimentos.

Para esse efeito, tem a palavra.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Manuel Maia, utilize a figura do pedido de esclarecimento para, por um lado, corrigir uma afirmação ou, pelo menos, para tornar claro qual foi a nossa intenção quando referimos a questão da componente turística.

O Sr. Deputado José Manuel Maia certamente concordará connosco quando manifestarmos a nossa preocupação pelo facto de as visitas à Assembleia da República — e estou a referir-me à parte de assistência às sessões e não às visitas ao Palácio, em concreto — serem enquadradas, em muitos casos, embora com o título de visita de estudo, no mesmo nível das visitas ao Planetário Gulbenkian, ao Jardim Zoológico e a outros locais desta cidade. É por isso que digo que têm a componente turística. Portanto, não está em causa a prestação dos serviços desta Casa.

Por outro lado, V. Ex.^e sabe que as pessoas que estão destacadas para o acompanhamento das visitas são manifestamente insuficientes e que um aumento da cobertura, em termos de atendimento, com um eventual diaporama ou com vídeo implica também um reforço desta componente.

Quanto à questão organizativa, eu próprio já adiantei que é apenas uma questão secundária e, portanto, não é questão essencial no que estamos a discutir.

Aproveito também para manifestar, através desse pedido de esclarecimento, que vejo com grande preocupação que a visita dos 300 jovens possa ser a capa para utilizar a Administração Pública em proveito de um só partido. Isto é, as pessoas vêm à Assembleia da República, certamente com apoios oficiais — autocarros, etc. —, mas, na prática, trata-se de uma reunião apenas com Deputados do Partido Social-Democrata. É também isso que pretendemos corrigir com o nosso projecto de deliberação.

Vozes do PSD: — Organizem também visitas!

Vozes do PS: — A questão é sobre quem paga as viagens!

O Sr. Jorge Paulo Cunha (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração de um colega de bancada que foi aqui citado pelo Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para esse efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Paulo Cunha (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Apolinário, devo dizer que o nosso colega Vítor Raposo, à semelhança daquilo que o Sr. Deputado José Manuel Maia acabou de dizer, convidou, e bem, um conjunto muitíssimo alargado de instituições da sociedade civil, de associações de estudantes e de jovens a visitar a Assembleia da República, o que teve como consequência o número referido, que entendo importante e de salientar.

Como é evidente, só para seu esclarecimento e para que não fique preocupado, cada elemento desse grupo terá de pagar o seu transporte, o que, apesar de ser de Bragança, não fica nada de outro mundo.

Para que não fique aqui qualquer dúvida em relação à apropriação dos meios do erário público, gostava de fazer essa correção.

Gostava também de dizer que nesse programa está prevista uma reunião com deputados do círculo eleitoral de Bragança, que não se reduz, naturalmente, ao PSD.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para dar explicações, o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. José Apolinário (PS): — Ficamos gratos pelo facto de a Câmara ter, finalmente, percebido do que é que se tratava.

Por isso espero que o mesmo seja seguido em outras visitas.

O Sr. Presidente: — Para responder e dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Maia.

O Sr. José Manuel Maia (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, irei, pelo menos, tentar esclarecer.

Sr. Deputado José Apolinário, sobre as questões que me coloca relativamente ao turismo, estamos esclarecidos. É mais na perspectiva de saída do que aqui na Assembleia.

Dou-lhe razão quando diz que há falta de funcionários para o atendimento do grande número de jovens que nos visitam, porque os funcionários que acompanham os jovens são os mesmos que exercem funções na recepção, o que prejudica o serviço.

Penso que isto tem de ser visto no quadro da alteração da Lei Orgânica da Assembleia da República. É que têm de ser criados mais lugares para a recepção, por forma a que estes trabalhadores que, de alguma forma, e muito bem, estão especializados no acompanhamento dos jovens — e com inteira satisfação destes —, porque conseguem estabelecer diálogo com as várias camadas etárias, o que é extremamente importante para a acção pedagógica relativamente ao Parlamento, em que todos nos inscrevemos, se dedicuem, em pleno, a este acompanhamento dos jovens.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSN está, obviamente, de acordo com tudo o que favoreça o diálogo entre o cidadão e os seus representantes, mas tratando-se de educar os jovens no respeito pela vida parlamentar, esse acordo é entusiástico.

Importa, no entanto, reflectir sobre o carácter modular e exemplar da acção dos Deputados, que não deixará de marcar, positiva ou negativamente, jovens particularmente permeáveis ao efeito mimético.

O PSN não pode, porém, concordar com o teor da medida n.º 2, ao restringir aos grupos parlamentares o direito a convidar quatro grupos de jovens por sessão legislativa. Isto porque dessa forma consagraria a anomalia de um grupo parlamentar, que não sabe quantos eleitores representa, poder exercer tal direito e um Deputado, como é o caso do PSN, que representa quase 100 000 eleitores, não poder exercer uma das principais obrigações decorrentes do seu mandato directamente atribuído. Eu percorri Portugal inteiro sozinho com um taxista e consegui quase 100 000 votos. Estou aqui eleito directamente pelo povo português, mas no entanto não posso exercer uma das principais obrigações decorrentes do meu mandato!

Portanto, o PSN propõe a seguinte redacção para a medida em apreço: «Além das solicitações do exterior, de escolas e outros grupos, por sessão legislativa cada grupo parlamentar e os Deputados isolados eleitos directamente em listas autónomas dos seus partidos terão o direito a convidar quatro grupos de jovens, de 25 elementos

cada um, com idade compreendida entre os 15 e os 25 anos ...» — se não quiserem «jovens», podem pôr até aos 100 anos — «..., para visitarem a Assembleia da República, comparticipando esta com 50 % das despesas de deslocação;».

Só com esta alteração este projecto de deliberação merecerá o apoio do PSN.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha intervenção será muito breve, já que esta matéria merece o consenso de todas as bancadas e tem extrema importância para a imagem não só do Parlamento como da própria democracia e das instituições em que ela se alicerça.

Em todos os parlamentos, principalmente nos dos grandes países, existe um serviço especializado de visitas. E o que acontece com os guias profissionais que vemos na Assembleia Nacional francesa, nas Cortes espanholas e também no Congresso americano, pelo menos são estes os casos que conheço. Assim como o brasileiro tem o seu «jcitinho», também nós temos o nosso «desenrascanço», que faz com que este serviço, que deveria ser um serviço profissional e importante da Assembleia da República, seja exercido por funcionários que não são guias profissionais mas que dão o seu melhor para cumprir tal tarefa, que não pode deixar de merecer a nossa admiração e gratidão pelo modo como o fazem, mas não significa que esse serviço possa continuar a funcionar assim.

Se realmente pretendemos fazer um projecto de deliberação e tratar das respectivas despesas, temos de colocar as coisas como devem ser. O serviço competente da Assembleia tem de contar com guias profissionais que não façam apenas a história do Palácio e expliquem como é que se desenvola o debate parlamentar, mas dêem também uma ideia real da política que aqui se faz, das verdadeiras funções dos Deputados e dos debates que aqui se travam, o que não se esgota na produção de uma brochura ou de um panfleto. Em todos os parlamentos que visitámos também vimos panfletos, que alguns colecionam, mas outros deitam fora logo que abandonam o edifício. Embora os nossos panfletos sejam muito bem feitos, e são muito claros, havendo até alunos do primeiro ano das faculdades de ciências humanas, para não falar dos cursos técnicos, que não sabem mesmo o que eles dizem. Quanto mais os miúdos que habitualmente nos visitam...

Estas publicações têm, naturalmente, de ser controladas e feitas por pessoas que saibam didacticamente apresentar estas matérias.

Em terceiro lugar, não basta virem aqui às galerias, sentarem-se durante 10 ou 15 minutos, brindados com uma salva de palmas e depois irem todos contentes para as suas camionetas. É preciso mostrar o resto da actividade do Palácio, o que só pode ser feito nos dias em que não há sessões plenárias. Os dias de visita têm de ser fixados, sendo certo que as visitas não podem ocorrer todos os dias da semana mas apenas nos dias em que o Plenário não funcione, como, por exemplo, à segunda-feira, à quarta-feira ou à sexta-feira, à tarde. E porque não ao sábado? Há muitas instituições, designadamente museus, em que as visitas são feitas nesse dia e, por isso mesmo, também poderia ser aproveitado para tal finalidade.

Creio que tudo isto tem de ser visto com muito cuidado, juntamente com profissionais, usando a experiência de

outras pessoas que estão neste *métier*. Daí que uma deliberação sobre esta matéria, embora na generalidade mereça o nosso total aplauso, tem de ser muito trabalhada na comissão especializada a que baixar, onde, seja ela qual for, deverão estar presentes não apenas Deputados mas também técnicos que acompanham geralmente estas visitas.

De facto, estas visitas não podem ser deixadas ao acaso, porque é uma imagem que perdura para toda a vida. Para um rapaz ou uma rapariga que, com a idade de 11, 12 anos, pela primeira vez, vê este Parlamento funcionar, é uma recordação que lhes fica para toda a vida. É como uma marca feita numa «cera húmida», digamos assim, e, por isso mesmo, temos de ter imenso cuidado quando transmitimos esta imagem, em dar a entender o que é que queremos que as crianças aprendam e também fazer com que a Assembleia da República seja prestigiada, mesmo desde a mais tenra idade, por todos os que serão os cidadãos de amanhã.

(*O Orador reviu.*)

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira da Silva.

O Sr. Eduardo Pereira da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, discutir um projecto de deliberação sobre visitas de grupos de jovens à Assembleia da República é, de algum modo, trazer à colação uma questão que, num contexto mais generalizado, se tornou num problema que a todos preocupa, mas cuja resolução deve provir de uma reflexão profunda e cuidada, com o contributo de todas as forças políticas nesta Câmara representadas, bem como da própria sociedade civil.

Infelizmente, no caso em apreço, essa premissa não se verificou. Não obstante, e reportando única e exclusivamente ao projecto em causa, pode este, embora de uma forma isolada da globalidade do problema, obviar de alguma maneira à pálida e desgastada imagem que os cidadãos têm da Assembleia da República e, muito em particular, a que dela têm os jovens portugueses. Esses mesmos jovens que, ano após ano, enchem as galerias para assistir ao Plenário e percorrem os corredores do Palácio de São Bento em visitas, que sempre têm demonstrado a sua curiosidade e interesse pelas questões relativas à Assembleia da República, mas que muito provavelmente sofrerão uma profunda desilusão, porque, de facto, a Assembleia da República não tem para com eles o relacionamento adequado que lhes proporcione as respostas às suas interrogações. Que mais levarão eles do Parlamento para além de uma fugaz visão dos trabalhos do Plenário ou da visita de algumas salas?

Fundamental se torna, portanto, transformar as visitas ao Parlamento em algo que possa enriquecer e estimular, ao invés de entediá-la, desmotivar ou, até, na pior das hipóteses, afastar definitivamente os jovens da coisa pública.

É, pois, pela crucial importância das relações entre o Parlamento e a sociedade e pela forma como se reveste essa intercomunicação que debatemos hoje este tema.

Entrando agora na análise propriamente dita do referido projecto, constatamos que, de uma forma geral, merece a nossa concordância, embora contenha, quanto a nós, alguns pontos que mereceriam um outro tratamento, como

sejam: apostar mais em termos de uma maior participação e empenhamento dos Deputados em todo o processo e aumentar o escalão etário dos jovens que visitam o Parlamento, por exemplo, dos 7 aos 25 anos. É pouco audacioso em alguns aspectos, nomeadamente naqueles que dizem respeito à estratificação de informação conforme o nível cultural e académico dos visitantes, à formação específica dos elementos do serviço de visitas e até a manifestações de carácter cultural.

É nosso entendimento que mais e melhor pode e deve ser feito sobre esta temática. Para tal, e em nossa opinião, poderíamos ainda equacionar os seguintes complementos: caracterização do nível cultural e académico dos grupos de visitantes, através de um questionário prévia e atempadamente enviado aos organizadores do grupo; prever diferentes tipos de informação a fornecer aos visitantes conforme o seu nível cultural e académico já anteriormente detectado; reconhecer a competência e preparação dos funcionários desta Casa, mas, em paralelo, apoiar e incrementar a formação específica e adequada dos elementos escolhidos para este serviço, em especial nas áreas do funcionamento da Assembleia da República, do funcionamento dos outros órgãos de soberania, do processo legislativo, do processo eleitoral, da história do Parlamento e até sobre a história do próprio palácio, bem como sobre as obras de arte que encerra; entrega aos visitantes de um boletim informativo sobre os assuntos em debate no dia da visita; enfim, não se esgotarão certamente aqui as possibilidades ao nosso dispor para efectivamente contribuir para a melhoria da imagem do Parlamento, para uma abertura cada vez maior do mesmo à sociedade e para o reforço da ligação entre deputados e cidadãos e em especial dos jovens cidadãos, como é o caso vertente.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não há mais oradores inscritos, pelo que está encerrado o debate.

Entretanto, acabou de chegar à Mesa um requerimento — que foi já distribuído pelas bancadas — e que pede a baixa do projecto de deliberação n.º 7/VI à Comissão de Juventude, com vista a melhorar a sua redacção em função daquilo que aqui foi dito.

Nos termos regimentais, vamos proceder à sua votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes e dos Deputados independentes Mário Tomé e Raul Castro.

Srs. Deputados, fica assim esgotada a ordem do dia de hoje.

A próxima sessão será na terça-feira, dia 10, pelas 15 horas, e versará sobre o tema do Dia Internacional da Mulher.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 35 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adriano da Silva Pinto.
António Paulo Coelho.
Domingos José Soares Lima.
Ema Maria Loia Paulista.
Fernando dos Reis Condesso.
Joaquim Fernandes Marques.
José Alberto Puig Costa.
Manuel Costa Andrade.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Pedro Augusto Cunha Pinto.

Partido Socialista (PS):

António Domingues Azevedo.
Carlos Manuel Costa Candal.
Elisa Maria Ramos Damião.
Fernando Manuel Costa.
João António Gomes Proença.
Júlio Miranda Calha.
Luís Filipe Madeira.
Manuel Alegre Melo Duarte.
Mário Manuel Videira Lopes.
Raul Fernando Costa Brito.
Rogério Conceição Martins.

Centro Democrático Social (CDS):

António Bernardo Xavier.
José Luís Nogueira de Brito.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicase que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 192\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.